

CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



Conselho Editorial

Karla Vanessa B. S. Leite

Organizadores

Karla Vanessa B. S. Leite

Einswell Oliveira Costa

Jefferson de Souza Costa

Lucas Almeida de Lucena

William Bezerra dos Santos

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico] Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Einswell Oliveira Costa; Jefferson de Souza Costa; Lucas Almeida de Lucena; William Bezerra dos Santos (orgs. Do No.) No. 3; EDUFCG; Campina Grande; 2018; p 86.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

1. Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Leite, Karla Vanessa Batista da Silva.

Conjuntura: uma leitura alternativa.

APRESENTAÇÃO

É com uma imensa satisfação e alegria que o Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) oferece à comunidade acadêmica e à sociedade civil, em geral, mais uma edição da Revista “Conjuntura: uma leitura alternativa” que, no ano corrente, corresponde à oitava edição.

O GAACE é um grupo de pesquisa formado por discentes e docentes do curso de Ciências Econômicas da UFCG, que se reúne para compreender, acompanhar e discutir a conjuntura econômica e política do Brasil e do mundo. Para tanto, faz-se o esforço de aplicar as teorias econômicas debatidas em sala de aula como subsídio na compreensão dos fatores políticos e econômicos que impactam a sociedade em geral. Há uma preocupação de acompanhar os agregados macroeconômicos, como por exemplo a trajetória da inflação, do emprego e do produto e apresentar esses resultados à comunidade acadêmica. Cabe informar ainda, que embora o GAACE seja um grupo de pesquisa independente, está estreitamente vinculado ao PET – Economia, do qual recebe muito apoio e incentivo.

Desse modo, a revista é um dos produtos que integra o GAACE e funciona como importante meio de estímulo à produção discente. Assim, a publicação anual desse trabalho é resultado do esforço dos alunos e professores que integram o grupo, dado que os docentes empreendem um grande empenho para auxiliar os alunos na tarefa da escrita acadêmica. Para tanto, faz-se necessário um trabalho e esforço coletivos, que marcam a trajetória do Grupo.

Muitos discentes que integraram o grupo em momentos anteriores e que hoje já concluíram o curso e estão inseridos no mercado de trabalho, reconhecem a importância que o engajamento no GAACE desempenhou à formação como economistas. Além disso, dados os cenários atuais de crise política e econômica que assolam o Brasil, desde 2016, o Grupo reafirma sua importância enquanto espaço privilegiado para debater os problemas atuais com o corpo discente e, de assim prosseguir contribuindo com a formação dos alunos de Economia.

Então, é reafirmando o sentimento de resistência, fundamental no momento político e econômico pelos quais a sociedade brasileira vem passando, que os discentes

e docentes que formam o GAACE publicam a sétima edição de sua revista e com isso esperam dar uma contribuição à construção do debate e da crítica fundamentais às construções analítica e normativa, levando em consideração as peculiaridades do território e seus aspectos históricos-estruturais.

Para todos e todas..... UMA BOA LEITURA!!!!

Campina Grande, 22 de maio de 2018.

Águida Cristina Santos Almeida

Coordenadora do GAACE

SUMÁRIO

BRASIL OFICIAL E BRASIL REAL DE MACHADO DE ASSIS NA ATUALIDADE	5
A SAÍDA É ILEGALIZAR ESSE PROCESSO IMORAL!	7
A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA	10
ABORTO É QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA	12
A INJUSTIÇA DA IRRESPONSABILIDADE	15
MUDAR E MELHORAR SÃO COISAS DISTINTAS	19
DIRETAS JÁ!	21
PARAÍBA X PERNAMBUCO: O QUE ELES TÊM QUE NÓS NÃO TEMOS?	23
AUTOMÓVEIS NOVOS VS AUTOMÓVEIS SEMINOVOS	26
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM FUTURO MELHOR	29
MERCADO DE CAPITAIS E O PERFIL CONSERVADOR DOS BRASILEIROS	31
OS PANELOS NO BRASIL E SUA ILUSÃO POR JUSTIÇA	33
O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA COM A REFORMA TRABALHISTA	40
A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO	42
DESIGUALDADE SOCIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UM QUADRO REVERSÍVEL	44
EXPLORAÇÃO LEGALIZADA	46
FALTA DE INVESTIMENTO NA GERAÇÃO DE ENERGIA	48
UM RASTRO SUJO DE SANGUE E GLÓRIA	50
EM QUE DIREÇÃO A ECONOMIA BRASILEIRA CRESCE?	53
PARA ONDE A FALTA DE INTERESSE PELA POLÍTICA PODE LEVAR UM PAÍS	55
BITCOIN O PRIMEIRO PASSO DA MOEDA VIRTUAL	57
A ECONOMIA POR TRÁS DO YOUTUBE	63
TEMER ADMITE DIFICULDADE PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA	68
GOVERNO DEVE ANUNCIAR LIBERAÇÃO DE MAIS DE R\$ 7 BILHÕES EM GASTOS	70
OS IMPACTOS CAUSADOS NAS LEIS TRABALHISTAS APÓS TERCEIRIZAÇÃO	72
O INEXISTENTE ROMBO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	75
UM BREVE DESABAFO A RESPEITO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO?	77
A DERROCADA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA: DEVEMOS COMEMORAR?	79
REFORMA TRABALHISTA: BOA PARA QUEM?	82

BRASIL OFICIAL E BRASIL REAL DE MACHADO DE ASSIS NA ATUALIDADE¹

Alexandre Silva Lima²

O saudoso Ariano Suassuna, em palestra realizada no dia 18 de abril de 2012, na inauguração de um auditório no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília³, nos contemplou em mais uma de suas fantásticas apresentações com um pensamento do escritor Machado de Assis em que dizia:

Que no Brasil existe dois países diferentes, o país oficial e o país real. Eu interpreto, não sei se forçando um pouco o pensamento de Machado, eu acho que o país oficial é o nosso e é o dos privilegiados e o país real é o do povo. E o país real é bom e revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e burlesco.

Ariano fez essa menção construída em uma história que antecedeu a ideia de Machado de Assis que destacava o pensamento da elite brasileira em “*uma quantidade de ideias frívolas, uma visão superficial do mundo e do ser humano, que é uma coisa perigosa*”. Naquele momento ele mostrava o encantamento desta elite tinha pelos Estados Unidos na figura da Disneylandia e arte do *Sound Body Vulcanics*.

Sua capacidade de enxergar a realidade, demonstrada nessa fala, parece que previa o que estava por vir e nos alertava sobre o perigo que corríamos com o pensamento elitista. O país real, no ano seguinte, desencadeou as jornadas de junho de 2013, iniciadas com a revolta do aumento de R\$0,20 na tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo, e, devido a resposta repressiva do governo Estadual, induziu a população de todo país a se rebelar no instinto de se libertar do sufoco ocasionado por essa opressão econômica, social e cultural.

Embora o país oficial, representado pela a elite brasileira, siga a sua adoração por séculos, inicialmente pelos portugueses e ignorando os índios e escravos, depois a caricatura francesa e, atualmente essa rotulação norte americana, manifestaram de suas janelas com painéis e camisa verde amarela para seguir a cartilha norte americana. Isso mostra quanto a elite ou o país oficial é desconectada com o país real, o povo brasileiro.

Está superficialidade é o que faz com que se agrave a tensão social do país. De um lado, temos uma elite que expressa sua força econômica por um *apple*, viagens

¹ Artigo escrito em abril de 2017.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: economia.alexandresilva@gmail.com.

³ <https://www.youtube.com/watch?v=8ieVa2tVPac>

internacionais e outros produtos importados, endeusando cada detalhe do exterior e, de outro, o povo imprensado no ônibus, selecionando os preços baixos para encher o carinho da feira e implorando pela intervenção divina.

O fato é que o poder econômico, na maioria das vezes, prevalece e repele o anseio do povo; e foi isso que, mais uma vez, ocorreu com a explosão desta tensão social e acredito que era esse o perigo que o escritor temia e nos alertava. O desejo de transformar o Brasil em um EUA de segunda ordem somente piorou as coisas. Com vista no país desenvolvido ao tirar essa amostragem de nação para desenvolver o Brasil esquecem de suas peculiaridades que vivemos no nosso território e esta contradição abriram as portas para o dismantelo do pouco avanço que o Brasil real, ou o povo brasileiro, teve ao longo de sua história.

Os agravamentos deste dismantelo foram muitos, entre eles estão a entrega dos recursos naturais ao capital externo, o desmonte da previdência, reformas trabalhistas, cortes de investimento em saúde, educação, habitação, entre outros setores. Estamos ficando desempregados o que afeta diretamente a renda do Brasil real. O mais importante desta leitura que Ariano faz é perceber como uma visão superficial e caricata pode afetar a dinâmica social política do nosso país e quão é perigoso fazer destas ideias frívolas o norte de nosso plano de nação. Faz-se necessário discutir o país real, compreender este outro mundo e trazê-lo ao centro para criar uma política nacional que seja construída para o Brasil, esquecendo as cartilhas dos países desenvolvidos.

A SAÍDA É ILEGALIZAR ESSE PROCESSO IMORAL!⁴

Alexandre Silva Lima⁵

Nas manchetes dos jornais brasileiros, não são mais novidades os casos de favorecimentos ilícitos a grandes empresas do mundo corporativista. A fantasia de empresas com responsabilidade social vai caindo uma por uma. Há de se mostrar, aqui, como estas corporações, sem nenhum comprometimento social, saqueiam o povo brasileiro com o objetivo apenas de obter lucro. São Marcelo's, Joesley's, e ainda faltam os banqueiros, que extrapolam os bilhões e fazem fortuna às custas do suor do povo brasileiro

Para iniciar, é preciso expor, brevemente, o sistema econômico em que vivemos. Este modelo tende a promover o individualismo e concorrência, por meio da apropriação da força de trabalho como mercadoria que, por sua vez, é motivada pela acumulação de capital através do lucro. Ela expulsa do mercado a pequena concorrência e concentra, cada vez mais, o mercado com ajuda do controle do Estado. Quanto mais concentrado o mercado, menos empresas terão e maiores serão as facilidades de conluio para determinar as políticas de Estado. Isso é notório em nossa economia, quando verificamos a quantidade de empresas de comunicação, telecomunicação, automobilística, bancos, entre outros, com 5 grandes empresas determinando cada segmento. Desta maneira, com poucos empresários no balcão de negócios, rapidamente chegam em um acordo para dividir os ganhos de mercado.

As corporações se vestem de um mantra de que “existem empresas grande demais para quebrar”. Caso isso ocorra, desestabilizam a economia nacional e, sob esse argumento, apoiam-se no auxílio do Estado em tempos de crises. Para isso, a utilização do BNDES como mecanismo de salvação destas empresas tem sido feita de modo corriqueiro em processos de fusão de grandes grupos que se tornam cada vez maiores e concentram mais mercado, tomando mais poder para si. Alguns financiamentos em processos de privatizações e obras de grandes magnitudes, no Brasil e no exterior, são feitos a um custo elevadíssimo à população brasileira, pois os juros tomados não cobrem nem os custos de inflação, resultando em mais uma despesa ao contribuinte.

⁴ Artigo escrito em julho de 2017.

⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: economia.alexandresilva@gmail.com.

Apesar de ocorrer no dia a dia e passar “despercebido” por nossos políticos, isto não é uma prática atual. Há registro da utilização do BNDES, desde a década de 1970, como tentativa de formar grandes grupos econômicos e essas atividades acabaram em diversas falências que resultaram, mais uma vez, em perda de recursos financeiros erando mais uma vez o contribuinte.

A grande questão diante desse processo são os recursos que o BNDES utiliza para financiar essas grandes empresas. Isso se dá pelo processo de endividamento do setor público, principalmente pela emissão de título do tesouro nacional que é oferecida ao mercado por uma taxa de juros que está entre as maiores do mundo. Tudo isso é respaldado pelas teorias econômicas em que o Estado tem que intervir para aquecer a economia, mesmo que para isso se endivide. O grande problema é que o Estado vem se endividando sem aplicar em investimento real no país, apenas transferindo renda para as grandes corporações não cobrando delas nenhuma contrapartida econômica e social.

Isso mesmo. Nós pagamos a farra! E para garantir essa farra empreiteiros, banqueiros, midiáticos, automobilistas regem as políticas públicas e aperfeiçoam as leis que os favorecem. Em especial, destaca-se a criação da lei de responsabilidade fiscal que faz com que os governos criem *superavit* primário, em outras palavras, arrecadem mais e gastem menos para que sobreviva o esquema de venda títulos que alimenta os parasitários dos maiores segmentos econômicos. O governo garante a essas grandes empresas financiamentos abaixo do mercado, subsídios que não afetam o consumidor final *em termos de geração de empregos, por exemplo), perdão de dívidas e rendimentos especiais aqueles que comprem os títulos do tesouro em grandes volumes. Assim, este conluio entre público e privado conseguiu regulamentar e transformar até em lei constitucional o saque que estão fazendo com a riqueza nacional para garantir suas remunerações. Enquanto isso, as federações se esforçam para diminuir seus gastos com saúde, educação, moradia, emprego sacrificando o cotidiano do trabalhador brasileiro e enfim o que realmente um país subdesenvolvido precisa tratar.

O governo, por sua vez, sendo apenas representante da oligarquia brasileira está na defesa para manter o status quo usando mais agressividade. A PEC 55 (Teto dos Gastos), aprovada em 2016, congelou os gastos com programas sociais (saúde, educação, assistência entre outros) afim de possibilitar a manutenção do sistema da dívida. Além de diminuir o poder do Estado na economia, o congelamento dos gastos públicos impede o avanço nos segmentos sociais e qualquer retomada de crescimento da economia brasileira estará compromissada com o pagamento da dívida pública.

E como quebrar essa lógica? Massificar a ideia das correntes que nos aprisionam é um caminho. Faz-se necessário a ampliação dos debates do Sistema da Dívida e a propagação da necessidade da auditoria da dívida pública. Este primeiro trabalho de conscientização é o que dará respaldo para que possamos gerar o debate, a intensificação dos núcleos e ferramentas didáticas que alcancem o trabalhador comum. Desta maneira, será possível florescer um apoio popular que garanta, através de projeto de lei de incentivo popular ou apoio e fortalecimento a parlamentares mais críticos, para a derrubada ou revogação da PEC 55, da lei de responsabilidade fiscal e de outros meios utilizados para *sequelar* a nossa sociedade brasileira. A saída é ilegítima ilegalizar esse processo imoral! A revogação das medidas postas nesse momento negro da história brasileira e avançar na democratização.

A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA⁶

Alice Davi Ferreira⁷

No dia 27 de abril de 2017, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o perverso projeto da Reforma Trabalhista. Falta a votação pelo Senado, e logo após, a sanção ou o veto do Presidente da República, Michel Temer. Infelizmente, a possibilidade de tal reforma ser sancionada é grande, uma vez que o projeto de Lei foi apresentado pelo Presidente. Esta Reforma Trabalhista altera 100 pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada em 1943). Em outras palavras: esta Reforma precariza, ainda mais, os direitos trabalhistas, aumentando a relação abusiva dos patrões para com os empregados.

Se esta contrarreforma for aprovada, haverá intensos retrocessos, semelhante ao momento que o Brasil se encontrava antes da implantação da CLT (governo de Washington Luís): haverá a possibilidade de acordos entre o patrão e o trabalhador valer mais que a legislação trabalhista (negociado sobre o legislado) e que o contrato de trabalho; as férias poderão ser parceladas em até três vezes; o tempo de trabalho poderá ser de até 12 horas por dia e 48 horas por semana (na CLT, a jornada máxima permitida é de 44 horas semanais) etc.

O atual governo tenta passar à população a ideia de que a Reforma Trabalhista precisa acontecer, porque o Brasil necessita acompanhar os passos do resto do mundo, da modernidade. Argumenta, ainda, que esta reforma vai contribuir para a geração de emprego, uma vez que acusam a legislação trabalhista pelo alto índice de desemprego no país. Comparam a realidade do nosso país com a realidade dos Estados Unidos ou com a realidade de países desenvolvidos, onde o cenário é extremamente distinto, onde o capitalismo é independente, quem dita as regras, e onde se está tendo até reformas para mudar novamente as leis trabalhistas, pois, segundo estes, estas ocasionaram as crises. É demasiado anacronismo tais comparações! A situação econômica do Brasil é extremamente mais frágil. O Brasil se caracteriza pela dependência dos países centrais, situa-se no capitalismo dependente, sempre atendendo de forma obediente as

⁶ Artigo escrito em junho de 2016.

⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: alicedavi1997@gmail.com.

determinações do capitalismo mundial. Argumentam que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento econômico.

Os empresários, acumuladores de capital, defendem e apostam nestas reformas (não só a trabalhista, mas também a previdenciária) para auferirem maiores lucros, à custa dos trabalhadores. Ou seja, benefícios existirão apenas para os detentores do capital e dos meios de produção. Enquanto que para a classe trabalhadora (que tenderá a ficar mais pobre), só sobrarão desemprego, emprego precário e poucos direitos.

Voltarão os tempos sombrios, como a música “Trabalhadores do Brasil” de Luiz Wanderley, feita em 1960, demonstra muito bem: *“Nosso povo hoje em dia ‘tá’ passando privação. O Dinheiro que ganha não dá ‘pra’ despesa, nem ‘pra’ comprar um quilo de feijão. Todo mundo vivendo na base do agrião. ‘Tá’ faltando carne, ‘tá’ faltando pão, ‘tá’ faltando leite e não tem feijão”*.

ABORTO É QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA⁸

Alice Davi Ferreira⁹

Quem possui o mínimo de sensibilidade, ou quem possui o mínimo de noção política e econômica, sabe que o momento que estamos passando no Brasil é de extremo conservadorismo político e econômico, dada a agenda do Poder Executivo e Legislativo frente aos problemas sociais da classe trabalhadora. Desde que o (des)governo Temer (PMDB) assumiu a presidência da República, estamos vivenciando uma ofensiva contra os direitos trabalhistas, previdenciários, da educação, das mulheres, dos jovens, dos idosos etc.

As Reformas trabalhista e do Ensino Médio foram aprovadas, respectivamente em 11 de julho de 2017 e 8 de fevereiro de 2017. Outra Reforma aprovada em dezembro de 2016 foi a EC nº 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e vigorará por vinte anos.

Outra ofensiva do governo contra a classe trabalhadora consiste na Proposta da Reforma da Previdência (PEC Nº 287/16). Os argumentos do governo é que a previdência vivencia um déficit e que, portanto, a reforma resolveria os problemas da geração futura. Essa justificativa já foi desconstruída por vários estudos e estudiosos sérios, no meio acadêmico. Os grandes empresários, o grande capital financeiro, as grandes corporações estão por trás destes acontecimentos, dessas reformas, que mais deveriam ser chamados de contrarreformas.

Em meio a este cenário sombrio, nefasto, conservador, que nos remetem há alguns séculos atrás, quando vivíamos no regime escravocrata, as minorias (que na verdade são as maiorias) acabam sofrendo as piores consequências. A população está mais empobrecida. A selva, chamada mercado de trabalho, está cada vez mais restrita e mais injusta. As mulheres se sentem coagidas nesta competição: por exemplo, de acordo

⁸ Artigo escrito em outubro de 2017.

⁹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: alicedavi1997@gmail.com.

com a PNAD, as diferenças foram significativas na taxa de desocupação entre homens (10,7%) e mulheres (13,8%) no 4º trimestre de 2016.

Para piorar e entristecer mais esse contexto, que mais parece um filme de terror para as mulheres, na quarta-feira, dia 08/11/2017, foi aprovada a PEC nº 181/17, pela Comissão Especial, da Câmara dos Deputados. Tal proposta, que antes tinha o objetivo de assegurar que mães de bebês prematuros pudessem ter direito a mais dias de licença-maternidade (será acrescido à licença de 120 dias da mãe), acabou sendo utilizada como uma manobra da bancada evangélica, que incluiu à proposta de Emenda Constitucional, que a vida começa a partir da concepção. Ou seja, criminalizaram, a partir de um “*cavalo de troia*” (incluído pelo relator da proposta, o deputado Jorge Mudalen (DEM-SP), o direito que a mulher tem de abortar em todo e qualquer tipo de gravidez, inclusive nas situações de estupro.

A referida Comissão conta com 1919 deputados, sendo que 18 votaram a favor da PEC e 1 deputado votou contra que merece ser destacado por ser a única mulher que integrou a comissão, Erika Kokay (PT-DF). Sensatamente, a comissão deveria integrar no mínimo 50% mulheres, mas integrou 11,11%. Ou seja, as mulheres, novamente, com pouca representatividade seria ironia do destino? Ou herança de nossa sociedade patriarcal e misógina? Isso nos prova que as mulheres, até hoje, são apenas espectadoras de suas vidas. O corpo da mulher é um tabu.

Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), feita pela Universidade de Brasília (UNB) e pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), uma, em cada 5 mulheres, já havia realizado aborto até os 40 anos. Em outras palavras, para facilitar, todos (as) nós temos cinco amigas, parentes ou conhecidas, em idade reprodutiva, com 40 anos, que já interromperam uma gravidez em suas vidas. Então, mesmo criminalizado, o aborto sempre irá existir, e sobre isso, todos devemos refletir.

Outro dado assustador, divulgado pelo Ministério da Saúde, é que 4 mulheres morrem, por dia, nos hospitais brasileiros, em 2016, após irem em busca de socorro devido a dificuldades do aborto. Então, aborto é questão de saúde pública. Até quando mais mulheres continuaram morrendo?

Tendo em vista o processo de formação do Brasil, tanto social, quanto econômico, a maioria da população pobre é negra. A periferia é a parte da cidade em que a maioria da população é pobre. Então a maioria da população é negra. Na periferia, a educação, a saúde, as políticas públicas são reduzidas e precárias e tendem a ser cada vez mais precarizadas, e por isso, lá se concentra a mazela social. E as mulheres, os (as)

LGBTs são os (as) que mais são atacados (as) por essas mazelas e situações. E a mulher negra ainda mais, devido ao racismo estrutural

Segundo dados do IBGE, o índice de aborto feito por mulheres negras é o dobro do índice das mulheres brancas: 3,5% e 1,7% respectivamente. E segundo o Instituto de Medicina Social da UERJ, uma mulher negra corre risco 2,5 vezes maior de morrer devido a um aborto. Isto não é por acaso. A maioria da classe média brasileira é composta por brancos (as). Uma mulher branca que engravida e não quer ter de prosseguir com a gravidez, e que tem condições econômicas de realizar um aborto, ela irá, e sem medo, porque existem clínicas que realizam o procedimento. É importante deixar claro que esses procedimentos são caros. Uma mulher negra de periferia provavelmente não terá as mesmas condições para pagar, pois além de desamparo emocional, ela não tem o amparo econômico.

A questão, além de cor e de gênero, é econômica. Não é por acaso os números alarmantes que nos vem mostrados nas pesquisas. Quantas vidas poderiam ter sido poupadas se os abortos praticados por essas mulheres não fossem tão inseguros? Essa criminalização vai contra a autonomia da mulher de decidir sobre seu corpo, sobre sua vida sexual e reprodutiva.

Quem defende a criminalização com o argumento de que é a favor da vida, poderiam responder à seguinte pergunta: a favor da vida de quem? O Estado está abusando do poder sobre os corpos das mulheres. O Estado mostrou que não está centrando na segurança pública, na saúde pública, mas sim mais na questão moral/religiosa.

É necessário que todos saibamos que nenhuma mulher engravida porque quer abortar. É necessário que saibamos que o corpo é da mulher e é a missão dela o cuidar. É necessário ter em mente que proibição não é a solução, quando esta encontra-se na educação familiar, básica. Como nos disse Elis Regina, já em 1981: *“A gente vive numa sociedade hipócrita e cínica, que condena o aborto e faz o aborto... Sei que as estatísticas são absolutamente alarmantes. Enquanto a gente for supostamente puritano, as mulheres vão continuar correndo riscos de até morrer”*.

A INJUSTIÇA DA IRRESPONSABILIDADE¹⁰

Anderson Ítalo Freire¹¹

Não é justo, mesmo que seja por ledor engano, desmontar as contas públicas em função de bondades sociais, que as pessoas pensam receber como um ato de benevolência dos governantes. Também não é justo lançar às costas da população e das gerações futuras, o preço alto da incompetência administrativa que poderia ter sido evitada, mas que, pela capacidade inata do achismo, acabou caindo amargosamente no bolso daqueles que sequer sabem como funciona uma administração pública. Sem querer, querendo, essas ações de tentativa de recuperar a economia geraram uma série de desconfortos e um clima de que as condições de recuperação do Brasil estariam tão distantes de serem alcançadas do que se pudera imaginar.

Comecemos, pois, pelo começo: um país com contas públicas ajustadas, com uma política fiscal firme e que possui um equilíbrio financeiro considerável merece, no mínimo, um limite nos seus gastos públicos, porque não é justo que se diga à população que ela terá direito a tudo que achar conveniente apenas porque paga tributos, em outras palavras, não é justo que o governo *engane* as pessoas e as façam pensar dessa maneira. E ter um ajuste que limite os gastos públicos em determinados setores é muito válido nos momentos de bonança econômica, a população não aceitaria esse método se as contas não fechassem e tivessem que pagar pelo erro irresponsável, deste modo, vê-se o que não ocorreu no Brasil: A conta do esbanjamento ficou mais cara e o governo não pôde pagar, transferindo a fatura para o contribuinte.

Não muito distante, as medidas de ajuste fiscal que saíram do palácio do planalto e foram aprovadas no congresso como tentativa de regular as contas públicas sequer amedrontaram os gestores públicos desse país – prefeitos, governadores e o senhor presidente da república –, pois a irresponsabilidade fiscal é recorrente e a classe que deveria “*pagar o pato*”¹² simplesmente jogou essa função para a classe trabalhadora. Essa situação se deve ao simples fato de que todas as medidas afetaram muito pouco ou quase nada a condição milionária daqueles que se servem do dinheiro

¹⁰ Artigo escrito em Agosto/Setembro de 2017.

¹¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: emtodobrasil@hotmail.com

¹² No Brasil, pagar uma conta que não é sua, receber o fardo daquilo que não lhe pertence.

público mensalmente e que, oportunamente, se instalaram nos rincões Brasiliense, da Esplanada ao Jaburu. Crise, crise, crise! Essa é a palavra de ordem em Brasília e que se repete estado a estado como uma ode ou qualquer outra coisa que se entoe em louvor d’algo. Essa prática surge com objetivo de colher mais impostos de quem não tem muito. Você deve lembrar quantas vezes o seu gás de cozinha subiu ou de quantas vezes anunciaram bandeiras tarifárias na energia, alegando-se falta de chuva nos reservatórios. Você deve lembrar também que uma multidão foi às ruas por causa de “*vinte centavos*” em junho/julho de 2013. Ainda resta lembrar que os aumentos não foram os únicos, houve restrições severas em direitos trabalhistas: Mudou-se a presidência, por razão de força política – claro – e, por este motivo, saiu Ela¹³ e entrou Ele¹⁴, que estavam juntos. Mas, no Brasil, isso não vale muito até porque para os nossos políticos, é mais fácil um judeu e um árabe se casarem numa igreja ortodoxa russa sob a benção do papa do que os mesmos possuírem convergência longínqua. Se o objetivo era mudar o governo para mudar o país, a coisa não deu muito certo, tanto que as sondagens de avaliação do governo d’Ele são piores que os índices d’Ela. Enquanto presidentes, na verdade, nenhum dos dois agrada a opinião pública, segundo os próprios institutos de pesquisa. A mudança não veio, os aumentos continuaram e os rombos após rombos foram se somando aquilo que já existia, entretanto, a continha continuou fácil de ser resolvida: o contribuinte pagará!

A onda tributária se espalhou fácil. Algumas propostas foram rejeitadas pelo fato de que o “*se colar, colou*” não funcionou; algumas “boas novas” foram surgindo na mídia como se realmente fossem boas: “Inflação está em queda!” ou “Desemprego se estabiliza e volta a cair!” ou ainda “Indústria apresenta leve oscilação” foram os mais populares enunciados nos jornais. Comentaristas de plantão já mostravam muito claramente que a condição do país melhoraria e que logo o peso no bolso do trabalhador seria diminuído. Porém, assim como no que se tem tratado até agora, a injustiça de quem é irresponsável recaiu ainda mais sobre o inocente, que além de estar numa situação calamitosa, vê-se agora bastante confuso com as notícias que tem acesso porque aquilo que se veicula nos jornais não é o mesmo que sente no dia a dia, já que as coisas só estão piorando.

Para desconcertar ainda mais, surgiu aí um pacote de privatizações – não que eu seja contra as mesmas, mas nesses moldes, estas se tornam inaceitáveis – que só

¹³ Ela, Dilma Vana Rousseff.

¹⁴ Ele, o vice: Michel Temer.

apareceu porque o governo avalia que assim conseguirá tapar os rombos que continuam a assolar o palácio do planalto, tendo em vista que as arrecadações tributárias estão muito aquém do que o governo esperava. Além disso, o povo está deixando de ser “bobinho”, – embora não o suficiente para fazer profundas reflexões e mudanças – e se esquivando das tentativas desesperadas do governo de pegá-lo financeiramente, as pessoas que estão sem emprego e sem renda, apenas não estão pagando suas dívidas e estão consumindo bem menos, não estão se endividando ainda mais como ocorria em outros momentos, além disso, basta observarmos as medidas que se tornaram revés para o governo, o pacote de refinanciamento, por exemplo, que o governo lançou em junho com o objetivo de refinanciar dívidas com a união e angariar recursos foi prorrogado duas vezes, *a priori*, até agosto e, *a posteriori*, até outubro, justamente porque a adesão foi baixíssima e as metas não foram alcançadas, o pacote de repatriação de recursos, medida que auxilia a declaração de bens no exterior que não haviam sido declarados também não logrou êxito, o governo esperava arrecadar um montante considerável, mas no final das contas não chegou a 30% do que era previsto. Essas montagens financeiras governamentais são o retrato do desesperado, daquele que pegou emprestado com o agiota e vendeu tudo desesperadamente para quitar juros e amortizar a dívida.

No final de tudo, pode-se, ainda, contestar onde está a injustiça e onde está a irresponsabilidade e sobre quem esta recai. Isso se responde facilmente, mui mais facilmente agora do que nas trapalhadas de outro momento em que as coisas iam muito bem, obrigado!¹⁵ É simples observar que o arrocho caiu no seu bolso, mais simples ainda é ver que a ingerência não é de hoje e que a conta vem sempre caindo do lado mais fraco do cabo de guerra, tornando-se, assim, uma ardilosa injustiça, pois condena quem não foi eleito ou gerencia a máquina pública, e em seu complemento, põe na roda da monotonia¹⁶ o cidadão acuado, que, sem chance de se defender, dança conforme a música toca para não se prejudicar ainda mais.

O complexo se firma a partir do momento em que nós vemos toda a irresponsabilidade governamental gerar uma injustiça impetuosa e inesperada. Ora, caber-se-ia a nós, eleitores, lançar à teia do ostracismo todo aquele que fantasiosamente imaginasse ser o salvador da pátria e propusesse a solução instantânea dos problemas nacionais, porque é lá na teia [do ostracismo] que a situação do político dificilmente é

¹⁵ Expressão em que, geralmente, as pessoas rejeitam ajuda por estar em uma situação confortável ou apenas rejeitam por não gostar de quem se oferece a ajudar.

¹⁶ Situação em que a espera pelo o “prêmio” fruto do giro de uma roleta leva muito mais tempo do que comumente se espera.

revertida. Seria simples assim, porém o povo vive de ciclos de perdão político e memória curta, impossibilitando quase que frequentemente uma mudança verdadeira e promissora, restando o descabro daqueles que se enraizaram nos veios¹⁷ Brasileiro e ainda mais, deixando ao povo toda uma injustiça, a injustiça da irresponsabilidade.

¹⁷ Segundo Aurélio, *miner* nas minas, camada mineral que se pode explorar; filão.

De nada adianta correr, se estivermos na estrada errada. A pressa pela expectativa das coisas é algo que não deveria estar presente na vida do cidadão brasileiro e sim na [vida] dos políticos, porque são eles os senhores detentores das rédeas deste país – infelizmente – e têm a obrigação de se preocupar com os rumos que o país toma.

O que configura o nosso antes e depois, nos últimos anos, é a capacidade fantástica de piorar as coisas que já eram ruins, seguindo a máxima de que não há nada ruim que não possa piorar. Escolheram continuar a mudança que estava fraquejando e que já não era a mesma coisa dos últimos seis ou sete anos²⁰ – a contar daquela data – e, acima de tudo, nos levar a crer que, de fato, a mentira venceu em 2014. Digo isso porque o projeto de campanha ofertado ao povo naquele ano eleitoral foi totalmente deixado de lado após as eleições e tudo aquilo que eles mais rejeitavam foi o que mais fizeram. Mas, deixemos aqui o passado no passado, vamos partir para as coisas mais recentes e mostrar as proezas e previsibilidades destes últimos anos.

O Brasil se *afogou* numa profunda crise econômica e política, marcada por dois anos consecutivos de recessão (2015-2016). Em 2017, a economia caminha a passos de tartaruga para uma leve recuperação, ou interrupção da queda, do crescimento devido a fatores que, sem sombra de dúvidas, são frutos da própria crise, como inflação baixa por falta de consumo – 2,54% de variação acumulada ano a ano em agosto –, o progresso em reformas orçamentárias empurradas a contragosto e a recuperação fraca e lenta leva a menores taxas de juros: aumentar o crédito e aliviar o serviço da dívida privada.

A modesta “recuperação” econômica e a quase renovada “confiança” na indústria e nos serviços podem contribuir para o crescimento do investimento, mesmo assim, muito pouco para esse ano. Espera-se que o comércio exterior contribua positivamente para o crescimento da atividade, graças às fortes exportações especialmente primárias e à moderação das importações provocada pelo

¹⁸ Artigo escrito em outubro de 2017.

¹⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: emtodobrasil@hotmail.com.

²⁰ Eleição de Dilma Rousseff, em outubro de 2014.

desaquecimento da economia. Entretanto, mesmo com a queda contínua da inflação e a medida governamental de fevereiro de 2017 que liberou os recursos de FGTS inativos, os agregados familiares certamente continuarão penalizados pelo alto nível de desemprego, um ponto a mais desde o início do ano: 13,6% no primeiro trimestre.

É nesse retrato que a questão surge com forte impacto: mudou, mas melhorou? A “ruína” que o país apresentava com Dilma continua firme e forte com Temer. Em outras palavras, a mudança presidencial não trouxe a melhoria que se esperava, aliás, trouxe uma piora gradual que se assemelha aos pacotes estranhos de mudanças estruturais empurradas de todo jeito, que para muitos é sinônimo de incompreensão. Talvez, muitos não saibam, mas um desastre raramente vem sozinho e, no nosso país, os desastres são intensos, mesmo quando a população está atenta àquilo que o governo se propõe a fazer. Ao tempo em que o tempo anda, o governo se lança ainda mais contra a parede que ele próprio construiu, seja sancionando e revogando a mesma matéria diversas vezes em função da pressão popular, seja comprando apoio de deputados para se *safar* da condenação das denúncias do ministério público e da procuradoria geral da república.

O que motivou a troca de presidência não foi – em partes – a situação que o país se encontrava, mas sim a necessidade de proteção financeira que alguns deputados e senadores possuem. Talvez seja por este motivo que as propostas votadas no congresso tenham visado apenas à condenação da população e a absolvição dos congressistas quando se considera o “pagamento da fatura”, que remete à situação fiscal do país. Essa conjectura, embora inidônea, esclarece o porquê de algumas situações inusitadas no país como, por exemplo, renegociações de dívidas dos grandes produtores rurais com descontos astronômicos e prazos suaves para o pagamento – não quero nem citar os pequenos produtores nordestinos que perderam tudo nessa última seca e sequer tiveram sua situação analisada pelo Banco do Nordeste – ou os refis para empresas que possuem dívidas com a União e que também foi nos moldes dos descontos rurais acima citados e que mais uma vez beneficiou os grandes em detrimento dos pequenos. Então, surge aqui um contragolpe finalizador, tal qual o último golpe de uma luta no UFC²¹: Mudamos? Se sim, então partamos para outra: Melhorou para quem?

²¹ Ultimate Fight Championship.

O atual e ilegítimo presidente da República Federativa do Brasil Michel Temer (PMDB), após o impeachment da titular Dilma Rousseff, levou mais de 100 mil pessoas à praia de Copacabana (Rio de Janeiro) no dia 28 de maio de 2017.

As 100 mil pessoas que se encontravam no local, exigiam a sua saída da presidência e eleições diretas, afinal, seu governo registra menos de 5% de popularidade. O cenário para tal foi o mesmo utilizado para o impeachment contra Dilma.

Toda esta insatisfação contra o governo Temer está entrelaçada a escândalos envolvendo pagamentos de propina, proposta da Reforma da Previdência (aposentadoria) e mudanças nas leis trabalhistas.

Não é apenas a oposição que pede sua saída, segundo um dos principais apoiadores do seu governo, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) também o quer. “Se o presidente quer mesmo que o País retome o quadro de recuperação da economia, precisa reconhecer que, em decorrência das denúncias que o envolvem, é ele o maior obstáculo para que isso volte a ocorrer. O presidente precisa entender que, independentemente de seu destino no campo jurídico, já foi julgado e condenado politicamente”, afirma Caiado²⁴. Em outro momento Caiado acrescenta que “o gesto de grandeza que lhe resta – e pelo qual clama a sociedade brasileira – é o da **renúncia** para que o país possa recompor, em outras bases, o seu ambiente político. Sua resistência aos fatos incentiva a ação nefasta dos radicais que investem no “quanto pior, melhor””.

Se Michel Temer for deposto de seu cargo, segundo a constituição brasileira, serão realizadas eleições indiretas (caso o presidente seja retirado depois de decorridos dois anos de mandato), porém, a população está insatisfeita com as pessoas que os representam tanto agora quanto quem assumir a presidência depois de Temer.

²² Artigo escrito em maio de 2017;

²³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: camila_noronha@hotmail.com.

²⁴ Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-05-18/movimentos.html>>. Acesso em 28 de Maio de 2017.

Quem poderá substituí-lo é o presidente da Câmara (Rodrigo Maia, DEM-RJ), em seguida o do senado (Eunício Oliveira, PMDB-CE) e por fim, o presidente do Supremo Tribunal Federal - STF ([Cármem Lúcia](#)).

O problema é que, o presidente da Câmara supracitado tornou-se alvo de inquérito aberto pelo ministro do STF Edson Fachin, após a chamada “delação do fim do mundo”, ou seja, se ele se tornar réu, isso o impedirá de assumir o cargo. Se caso ocorra o mesmo com o atual presidente do senado, que é citado em três delações da operação Lava Jato a presidência irá para Cármem Lúcia do STF. Ela assumiria interinamente e convocaria eleições indiretas no prazo de 30 dias, ou seja, quem escolheria o substituto de Temer seria o Congresso Nacional, conforme previsto no artigo 81 da Constituição.

A sociedade está cansada de ter seus gritos calados e suas conquistas atiradas ao lixo. As pessoas estão se conscientizando que esse governo corrupto e ilegítimo não os representa e estão vestindo a camisa e erguendo a voz mais uma vez, mostrando assim, que mesmo na escuridão todos veem uma luz no fim do túnel, porém cabe a essas pessoas qual a luz que querem ver brilhar em 2018 (ano de eleição presidencial).

PARAÍBA X PERNAMBUCO: O QUE ELES TÊM QUE NÓS NÃO TEMOS?²⁵

*Camila Noronha Alves Freitas*²⁶

O Nordeste hoje, não é mais visto apenas como uma região de descanso e lazer²⁷, mas, também de oportunidades de carreiras. Isso ocorre porque, na última década, o poder aquisitivo da população e os investimentos públicos e privados em infraestrutura, indústria e no setor de energia vem aumentando, fazendo assim com que o trabalho e os salários da região ganhem impulso²⁸.

Com 53,59 milhões de habitantes, o Nordeste²⁹ (PIB: R\$805 Bilhões)³⁰, se fosse um país, estaria entre as dez maiores economias da América Latina, à frente de Equador (PIB: U\$102,3 Bilhões), Cuba (PIB: U\$80,66 Bilhões), Paraguai (PIB: U\$30,88 Bilhões) e Uruguai (PIB: U\$57,24 Bilhões). Por isso, o Nordeste vem avocando o interesse de investidores e uma diversidade de negócios se instala por aqui, como: o setor de energia, petroquímica, automotiva, farmacêutica, naval e industrial de alimentos, havendo assim, um grande efeito sobre os serviços e comércios.

Segundo o presidente da consultoria de recrutamento Asap, Carlos Guilherme, a cada dez postos abertos na região³¹ em 2013, seis são para empresas com sede em Pernambuco, o Ceará em segundo lugar e em terceiro a Bahia, completam o rol dos maiores empregadores da região.

Pernambuco como citado acima é o estado que mais recebe investimentos na área de indústria de alimentos e bebidas³²: Nissin Ajimoto, Mondelez, Natto e Companhia Brasileira de Sorvetes, GL Empreendimentos (massas e biscoitos), Grupo Petrópolis (fabricantes das cervejas Itaipava e Petra), Ambev e Brasil Kirin

²⁵Artigo escrito em Outubro de 2017;

²⁶Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: camila_noronha@hotmail.com.

²⁷Pois possui as mais belas praias e pontos turísticos do país.

²⁸ Composto pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe;

²⁹Entre 2003 e 2010 o PIB (Produto Interno Bruto) da região cresceu 37,1% acima da média nacional que foi de 32,2%;

³⁰ Dados do Banco mundial do ano de 2014 para o Nordeste e todos os países subsequentes;

³¹No Nordeste é uma estratégia do governo federal para descentralizar investimentos e estimular o desenvolvimento técnico-científico além do eixo Sul-Sudeste;

³²Indústria de bebidas está aquecida na região, onde o consumo de cerveja cresceu 10,2% desde 2010, ante os 4,9 do resto do país (dados de 2014);

(ex-Schincariol) são alguns exemplos. Na indústria farmacêutica e da saúde: Hemobrás³³, Normix, Vita Derm, Hair Fly, Rishon, Brasbioquímica, Luft Logistics, White Martins, Quantas Biotecnologia, Biologicus e Multisaúde, fábrica de hemoderivados da Hemobrás, Novartis³⁴ (fábrica de vacinas) e a BioLogicus (empresa de pesquisa e desenvolvimento de produtos alimentares e cosméticos à base de probióticos). Nas indústrias automotivas temos: Parque de Fornecedores no Polo Automotivo de Goiana³⁵ (que contará com 16 empresas globais e nacionais como a Fiat, Magneti Marelli/Faurecia, Lear, Adler e Pirelli) e na indústria naval: Complexo de Suape (Estaleiro Atlântico Sul-EAS), Vard Promar (estaleiro Norueguês), CMO e a Cambel BR³⁶.

Na Paraíba, o governo do estado, atraiu R\$6,5 bilhões em investimentos privados com a concessão de incentivos fiscais e locacionais a cerca de 219 empresas³⁷ que podem chegar a gerar 26 mil novos empregos. Essas empresas estão localizadas em 31 municípios: Alhandra, Bayeux, Boa Vista, Caaporã, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Caturité, Conde, Coremas, Guarabira, Gurinhém, Ingá, João Pessoa, Juazeirinho, Junco do Seridó, Lucena, Malta, Mamanguape, Massaranduba, Mataraca, Patos, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Pocinhos, Pombal, Santa Rita, Sousa, Taperoá e Tenório. Entre essas empresas se encontra a Docagens Pedra do Ingá³⁸ (EDPI), LM Came³⁹, Samart Park⁴⁰ e a EFG (empresa italiana responsável pela fabricação dos robôs e diversos dispositivos e programas utilizados na linha de montagem, de alta tecnologia).

A atração de investimentos privados para a Paraíba se deve, a uma política desenvolvida pelo Governo do Estado que prevê desde a concessão do crédito presumido e desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

³³Estatal do Ministério da Saúde que pretende tornar o Brasil autossuficiente na produção de medicamentos para hemofilia e para portadores de imunodeficiência genética, cirrose, câncer, AIDS e queimaduras.

³⁴A demanda por profissionais qualificados é tanta que a Novartis montou, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um curso de pós-graduação em fabricação de medicamentos;

³⁵Região metropolitana de Recife;

³⁶Subsidiária do grupo espanhol Cambel Europa, que vai produzir blocos e embarcações de apoio às empresas do setor naval;

³⁷Dados até 2015;

³⁸Estaleiro de reparos navais;

³⁹Essa empresa fabrica estruturas metálicas, concebidas para movimentar as peças dos veículos (Fiat);

⁴⁰É a primeira fábrica da empresa no Brasil, que produz embalagens de diversas partes dos veículos e são fornecedores de referência para o grupo Fiat;

Prestação de Serviços (ICMS)⁴¹ até incentivos locacionais⁴² e qualificação de mão de obra, por meio de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A Paraíba oferece concessões (do crédito presumido e desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) até incentivos locacionais) para “chamar” a atenção das empresas para nosso estado. Por qual razão está então perdendo empresas como a Fiat Chrysler⁴³, a Hyundai, talvez a Volkswagen e também a maior fábrica de vidros planos da América do Sul, a Companhia Brasileira de Vidros Planos – CBVP, do Grupo Cornélio Brennand (com investimento de R\$777 milhões e geração de 370 empregos diretos) para nosso estado vizinho⁴⁴? Isso acontece porque enquanto a Paraíba aumenta a carga tributária, afugentando as empresas do nosso estado, Pernambuco reduz, abraçando assim, “nossas” empresas. Quem admitiu essa informação, foi o próprio secretário executivo Wilbur Jácome (Desenvolvimento). O pior é que não apenas afugenta como também expulsa empresas, gerando perda de receitas e empregos, foi o caso da Cipan⁴⁵ (empresas de massas).

Infelizmente quem acaba perdendo com essas migrações de empresas ou até a não chegada delas no estado é a população que, não tem oportunidades de vagas a mais de empregos e receita crescente no estado. Como diz o velho ditado “não sabe ganhar, quem não sabe perder”.

⁴¹Variando entre 48% e 74,25% com o prazo de 15 anos ou renováveis por igual período para todas as empresas. “Segundo a diretora-presidente da CINEP: Em determinados casos, podem ser concedidos incentivos acima destes percentuais para garantir a isonomia do benefício em relação a outros estados e tornar a empresa mais competitiva no mercado”, esclareceu, adiantando que as variações dos percentuais dependem do segmento de atividade no qual a empresa está inserida, levando em consideração também a quantidade de empregos diretos gerados e o volume de investimentos realizados;

⁴²São financiadas áreas a preços subsidiados, dependendo da escolha do município e da disponibilidade de terrenos na região escolhida;

⁴³Os investimentos vão R\$6,7 bilhões, sendo R\$4 bilhões para a montagem de veículos, R\$2,2 bilhões em desenvolvimento de novos produtos e pesquisa e R\$500 milhões na fábrica de motores. Com intenção de empregabilidade de 7,5 mil mais, 4,5 mil nas fábricas após entrar em operação;

⁴⁴O governo de Pernambuco chegou a desestimular a contratação de paraibanos, fazendo com que o nosso estado seja muito pouco beneficiado pelos investimentos realizados nele;

⁴⁵A empresa decidiu desativar todo o seu parque industrial, no Distrito Industrial do Ligeiro (próximo a Campina Grande), deixando apenas a parte de distribuição de seus produtos, marcadamente macarrão (Aliança e Vitamassa) e biscoitos (Cipan). São 280 empregos diretos que vão direto para a outra unidade da fábrica, em Caruaru (PE). Na Paraíba ficou apenas o escritório de Queimadas (onde está o DI do Ligeiro), que gerencia a distribuição dos produtos no Estado. A unidade de fabricação, inclusive uma máquina importada de R\$ 6 milhões, que seria instalada na Paraíba - já seguiu direto para Pernambuco-, onde está à unidade Vitamassa. A vários anos empresa tenta obter do Governo da Paraíba o mesmo tratamento tributário que o Governo de Pernambuco oferece à unidade fabril em Caruaru. Mas, apesar de várias promessas, o governador Ricardo Coutinho se manteve inflexível, e então os diretores decidiram migrar “para Pernambuco, onde são oferecidas melhores condições”.

AUTOMÓVEIS NOVOS VS AUTOMÓVEIS SEMINOVOS⁴⁶

Ednaldo de Almeida⁴⁷

O automóvel apareceu no mundo por volta de 1769 e, desde então, nunca parou de evoluir. O mesmo tornou-se um bem necessário para a locomoção de parte da população encurtando sempre as distancias dos lugares longínquos. O único problema desse bem é o custo em adquiri-lo, visto que sempre foi um bem caro e nos tempo antigos até era cosiderdo um bem de luxo, pois só as familias ricas podiam comprar. Com o tempo, os custos de produção dos automóveis vieram sendo reduzido, em alguma medida, graças a tecnologia, e isso, associado às políticas de crédito dos últimos anos, fez com que mais pessoas pudessem adquirir um automóvel.

Antigamente, quando se falava que uma família adquiriu um atomóvel, tratava-se de um carros novos. Todavia, nos tempos de hoje, a realidade é outra, isso porque nos dias hoje há uma uma grande gama de carro usados, carros esses que respondem as mesmas necessidades que os carros novos. Os automoveis usados diferentes dos automveis novos possuesm preços muito mais baixos, e isso tem atraído muito os cosnumidores de automoveis de classe meia, visto que o seu poder de compra quase o impossibilita de obter um carro novo.

O automóvel, hoje em dia, é um bem importante, no Brasil, devido as sua dimensão contiental. Deste modo quase todas as famílias têm um ou desejam possuir um automóvel para facilitar a sua locomoção (diminuir a distancia do pais). Para driblar o enorme preço dos automóveis novos, os consumidores estão adquirindo carros seminovos. Essa *moda* vem cada dia ganhado mais espaço em todo mundo e o Brasil não fica de fora.

Como já foi mencionado, devido ao alto preço dos carros novos, as familias brasileiras de classe média vêm optado pelo consumo dos seminovos. Observou-se que esse ano, entre janeiro e junho, as vendas dos carros seminovos aumentarm 21% ⁴⁸. Esse é um numero que tende a crescer devido ao cogelamento dos salários, da reforma

⁴⁶ Artigo escrito em novembro de 2016.

⁴⁷ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: edprata45@hotmail.com.

⁴⁸ JÚLIA, LEWGOY. QUANTO VALE A PENA COMPRAR UM CARRO USADO? Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/quando-vale-a-pena-comprar-um-carro-usado/>. Acessado em: 16/11/2017.

trabalhista e do sistema tributário do país que contribuiu, sobremaneira, para a diminuição da renda das famílias das classes média e baixa.

No que se refere à tributação, o consumidor, ao adquirir um carro novo, estará pagando 37,2% a 54,8% de imposto (ICMS, PIS/Cofins e IPI, além de outras tributações menores como IPVA, IOF, Cide, INSS e ISS), sendo que dentre o ICMS(12%) e IPI(para os carros nacionais 5% a 11%, mais 30% para os carros importados) os que mais pesam na compra do automóvel novo.⁴⁹ Diante do peso tributário incidente aos automóveis novos os consumidores tem se refugiados para o setor dos automóveis usados, sendo que no ano 2016 o setor cresceu 25,3%,⁵⁰, esse crescimento deve-se a redução da carga tributária de alguns impostos incidentes na compra dos automóveis usados como por exemplo IPVA(1% e 3%, Pão Paulo 4%)⁵¹, a redução da carga tributária desse imposto aos automóveis usados vêm atraindo muitos consumidores a esse setor.

Segundo Júlia Lewgoy, “além do preço de um veículo usado ser menor, seu Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também é mais baixo. É mais fácil barganhar na compra de um usado e você poderá comprar um carro melhor do que compraria se fosse um novo.”

Outro benefício que podemos observar é que “no momento em que compramos um carro, ele já perde boa parte de seu valor. A desvalorização segue forte por até três anos, quando estabiliza. Trocar de automóvel logo depois disso significa perder boa parte do dinheiro gasto. Ao optar por um carro seminovo, a depreciação inicial já passou, o que significa “menos perda para o comprador – algo importante para quem tem o hábito de trocar rapidamente de veículos”.⁵²

Esses benefícios fazem com que as famílias de classe média optem mais pelos carros seminovos, visto que ao adquirirem esse bem, estariam poupando mais dinheiro e facilitando a sua vida, caso decidam financia-lo. Some-se a isso, o custo de manutenção

⁴⁹ AUTOMOVEIS. Confira como seriam os preços dos carros mais vendidos no Brasil sem os impostos. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/automoveis/confira-como-seriam-os-precos-dos-carros-mais-vendidos-no-brasil-sem-os-impostos-3jurbj4ciz42bsng7412a50ua>. Acessado em: 29/03/2018

⁵⁰ CONTABEIS. A tributação na revenda de veículos usados. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/3921/a-tributacao-na-revenda-de-veiculos-usados/>. Acessado em: 29/03/2018

⁵¹ ICARROS. Quanto de imposto você paga no carro?. Disponível em: <http://www.icarros.com.br/noticias/geral/quanto-de-imposto-voce-paga-no-carro-/14740.html>. Acessado em: 28/03/2018

⁵² iG São Paulo. Carro seminovo: 5 bons motivos para fugir do veículo novo. Disponível em: <http://carros.ig.com.br/2016-08-26/carro-seminovo.html> . Acessado em 16/11/2017

das peças, que seriam mais fáceis de se encontrar devido ao seu tempo de venda no país. Por esses motivos, as vendas dos automóveis seminovos vêm crescendo mais a cada dia, esse crescimento é de extrema importância para o país visto que essas vendas contribuem muito para o crescimento do PIB do país, sendo que esse setor abarca consigo muitas outras indústrias do país.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM FUTURO MELHOR⁵³

Ednaldo de Almeida⁵⁴

Há muito, as famílias de classe média vêm consumindo de forma exacerbada, consumo este que tem enterrado inúmeras famílias em dívidas, fruto do não planejamento financeiro. Cabe ressaltar que a inflação também é um dos fatores que move o gasto descontrolado e desmedido, sendo que a cada passo que ela se alastra a moeda perde o seu poder de compra antigo. Deste modo, o consumidor numa época de grande perspectiva de hiperinflação o consumidor tende a gastar logo o que tem por medo da desvalorização futura da moeda, mas esse gasto realizado por medo da desvalorização da moeda pode levar o consumidor a caminho de consumos desnecessário e descontrolados. Ocorre que, em épocas de hiperinflação torna-se necessário um controle de gastos, posto que, não obstante a desvalorização da moeda, o gasto descontrolado colocará em risco a vida financeira da pessoa.

Atualmente, faz-se imperativo a educação financeira, visto que, aprender a economizar, acumular dinheiro e cortar gastos não são sinónimos de educação financeira, já que esta consiste em buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária subsistência própria e dos seus e, ao mesmo tempo, obter uma garantia para eventuais imprevistos.

Para que se possa controlar melhor os gastos, é necessário estabelecer com clareza os objetivos/metast, tendo como exemplo: comprar uma máquina de lavar, uma viagem de fim de ano ou mesmo uma roupa. Dado que, caso haja responsabilidade e disciplina financeira, tais pretensões seriam estudadas e estabelecidas de antemão, não ocasionando deslizes e colapsos na estabilidade financeira das famílias de classe média, sendo que nem toda todas famílias do Brasil são de classe média; uma boa parte delas que estão em situação de extrema pobreza, não têm muitas ou mesmo nenhuma escolha a não ser consumir, mas diferentes da classe média eles não realizam muitas gastos desnecessários vistos que a maior das suas preocupações recai na sua subsistência.

⁵³ Artigo escrito em novembro de 2018.

⁵⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: edprata45@hotmail.com.

A outra vantagem que uma educação financeira propicia é o conhecimento dos gastos, uma vez que, quando se recebe o salário ou mesada o mesmo acaba sem que se aperceba os gastos que foram realizados. Essa situação pode ser vista como consequência do desconhecimento da educação financeira, tornando tal situação um grande risco a vida financeira do indivíduo, visto que, desconhecendo os gastos o consumidor adquire bens tidos como não essenciais. Assim, as despesas, por menores que sejam, têm que ser estabelecidas previamente, para que não se transformem em uma bola de neve.

A educação financeira ocasiona a possibilidade de poder investir no futuro, sendo que, com ela obtém-se informações de como são realizados os gastos, propiciando o planejamento e o não acúmulo de dívidas, em razão de que, conhecendo os gastos saber-se-á o com o que gastar e não gastar. Após o corte de despesas excedentes, poupa-se mais, podendo futuramente com tais poupanças, investir.

Tem-se a ideia que apenas os grandes investimentos são lucrativos, porém, isto não condiz com a realidade, visto que os pequenos investimentos também têm as suas vantagens, apresentando menos riscos. Os investimentos por mais que sejam pequenos também são como as dívidas, são uma bola de neve. Com um investindo de R\$ 250 por mês a uma taxa de juros de 0,5% ao mês, tem-se em 5 anos cerca de R\$ 18 mil e em 10 anos, este valor sobe para pouco mais de R\$ 42 mil. Isso mostra que a educação financeira só traz vantagens as famílias, tanto as de baixa como as rendas altas.

Deste modo, faz-se necessário numa sociedade de consumo como a do Brasil uma educação financeira acirrada, de modo a controlar mais e se esquivar um pouco da obsolescência programada. Atualmente, a sociedade (classe média) vem sendo muito estimulada pelas propagandas a consumir e consumir produtos dos quais não necessita e esquecendo dos que são realmente necessários. Tendo conhecimento da educação financeira, a sociedade poderá ignorar muitas propagandas, visto que observará que os serviços e produtos oferecidos na propaganda estão além da sua linha de restrição orçamentária e que a tomada de decisão de consumir esses serviços e produtos poderá colocar muitas famílias em situação de grandes dívidas.

MERCADO DE CAPITAIS E O PERFIL CONSERVADOR DOS BRASILEIROS⁵⁵

Einswell Oliveira Costa⁵⁶

Se analisarmos o comportamento dos brasileiros quanto a investimentos, de uma forma geral, percebemos algumas características comuns à maioria, quais sejam: alguns consomem toda a sua renda, seja por necessidade ou simplesmente por cultura; outros com renda maior, ou que conseguem guardar algum excedente, tendem a aplicar em investimentos tradicionais e com baixa taxa de retorno como, por exemplo, a caderneta de poupança.

Em muitos países, é comum as pessoas possuírem uma carteira de investimento; é normal distribuir e alocar seus recursos de maneira a fazer com que seu dinheiro “trabalhe” por você de maneira eficiente. Tal prática, ainda em dias atuais, é bem impopular no Brasil. As pessoas, aqui, investem seu dinheiro como há trinta anos e não conhecem ou não tem acesso a opções como títulos do tesouro direto, que são mais rentáveis que a caderneta de poupança, e que são conhecidos por sua segurança, uma vez que possuem garantia integral do governo federal. Todo esse comportamento pode estar ligado ao fato de que culturalmente o brasileiro não é ensinado a poupar ou investir e, no geral, tem acesso à pouca informação, o que o leva a ter insegurança a respeito de onde melhor aplicar seu dinheiro. Em conjunto, esses fatores produzem um comportamento mais tradicional, conservador e avesso ao risco.

Segundo estudos da AMBIMA (2016)⁵⁷, apenas 49% das pessoas economicamente ativas no Brasil tem algum tipo de investimento. A outra parcela, além de não possuir qualquer tipo de investimento, em sua grande parte, possui dívidas com altas taxas de juros (abusivas, por vezes). Olhando mais de perto, dos 49% que possuem algum tipo de investimento, 44% o aplicam em caderneta de poupança, podendo ser evidenciado que apenas uma pequena parcela de 5% aplicam em outras fontes, como tesouro direto, LCI, CDB, etc.

Além do mais, é comum que algumas pessoas que tenham algum tipo de investimentos não saibam ou não analisem os efeitos que alguns encargos financeiros

⁵⁵ Artigo escrito em dezembro de 2017.

⁵⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: einswell@gmail.com.

⁵⁷ Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

provocam no longo prazo nos mesmos. Como exemplo, podemos citar as taxas administrativas ou taxas de carregamento. Na maioria das vezes, essas taxas são percentuais bem pequenos, geralmente anuais, e podem parecer inofensivas, mas a verdade é que, a longo prazo, elas podem subtrair uma parcela significativa dos seus ganhos. Por isso, entender e calcular como funcionam essas cobranças é de grande valia para o investidor, uma vez que isso possa ser o determinante que o influencie onde deva alocar melhor seus recursos.

Esse comportamento, porém, tende a mudar, aos poucos. Com a era da informação (assim conhecido o século XXI), as pessoas estão mais propensas a procurar entender o mundo dos investimentos e essa aversão tende a se tornar em aproximação, principalmente no Brasil. Muitas evidências são percebidas, nos últimos anos, mais precisamente na última década, por causa de uma maior política de redistribuição de renda e melhor situação econômica dos brasileiros durante esse período, aproximadamente 40 milhões de pessoas chegaram as classes A, B e C, e com isso novos possíveis investidores tem sido atraídos a conhecer e participar desse mercado, fazendo com que o mercado financeiro abra pequenas portas para quem quer se inserir mais dota de recursos modestos. De todo modo, a parcela de ganhos significativos desse mercado ainda se detém nas mãos de poucos, refletindo a característica de uma economia onde a concentração de renda é algo relevante.

Por fim, é importante salientar que não se pode atribuir o comportamento conservador do brasileiro somente a seus costumes e cultura. Essa postura além de ser fruto de um mercado de capitais não tão desenvolvido, pouco difundindo em informação e esclarecimento, é também justificado pelo poder de consumo da maioria das famílias, que reserva a renda de uma forma geral, a ser toda consumida, ou em sua maior parte, a ser utilizada nas necessidades mais básicas, como, alimentação, moradia, transporte e etc. Hoje por exemplo, é possível fazer investimentos a partir da ordem de R\$ 30,00 no tesouro direto, o que abre caminho para que mais pessoas se insiram no mercado. O que se espera, e que já vem mostrando indícios, é que o mercado de capitais brasileiro vem sendo desmitificado e conhecido por um número maior de pessoas, tornando-o cada vez mais dinâmico e acessível a todas as classes.

Os ‘panelos’ não são algo novo. São uma forma de protesto latino-americana realizada pela primeira vez no Chile, 1971, em razão da escassez de comida provocada pela recusa de distribuidores em repassar os alimentos, pois estavam descontentes com o aumento do ganho dos operários. Então, na ocasião, a chamada classe média foi às ruas protestar contra a situação de suas panelas vazias. Posteriormente, outros movimentos iguais a esse se seguiram na Venezuela, Colômbia, Uruguai e Cuba, também em locais como Grécia, Islândia, Canadá, Espanha e Turquia. Na Argentina, por exemplo, as pessoas protestaram por meio do uso de panelas por vários motivos: em meio a ditadura também por escassez e inflação, contra a hiperinflação nos anos 80 e 90, a crise de 2001-2002, e o autoritarismo de Cristina Kirchner.

A partir de 2015, no Brasil passou-se a ouvir das janelas e nas avenidas plácidas brasileiras, o gritar retumbante de um “povo” indignado que não empunhava mais sua espada, mas testo⁶⁰ e panela que bradavam pela liberdade da pátria afogada, para esse “povo” que se via como heroico, no lamaçal das margens corruptas de um partido, vulgo, Partido dos Trabalhadores (PT). Impávido em sua luta por sentir o orgulho de sua “nobre natureza” ferido por um ajuste econômico que não espelhava sua mania de grandeza, avante, suas manifestações dia após dia continuavam. E assim, como um D. Pedro I muitos salvadores colossais surgiram, vestidos com trajes honrosos, cheios de nacionalidade, fidedigna moral, amor a Deus e respeito a família.

Desejava aquele “povo” eterno berço esplêndido, pois acreditava que seus campos eram mais dignos de flores. Ostentava orgulhoso sua bandeira de céu estrelado, como se somente a ele pertencesse, e reclamava por um direito que entendia que lhe teria sido usurpado de glórias passadas. O estardalhaço de seus utensílios conquistou o objetivo aspirado, assim confiou ele. Derrubou-se uma governante, instituições, legislação e constituição. Em concomitância, derrubou-se direitos desse mesmo “povo” que acreditava reivindicar por justiça, que acreditava estar lutando nas ruas pela

⁵⁸ Artigo escrito em maio de 2017.

⁵⁹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: shorayaxica@gmail.com

⁶⁰ Objeto feito de barro ou de ferro utilizado para tampar vasilhas; tampa. Significado disponível em: <<https://www.dicio.com.br/testo/>>

libertação de seu país. Óh! Resta dúvida Pátria amada, de quais filhos tu és mãe gentil e para quais filhos tua indelicadeza pesa? Crê-se que não.

Quando tudo estava posto é que se percebeu que não era mais um grito de vida ou morte no leito do rio Ipiranga, era um grito apenas de morte idealizado pelos representantes do grande capital, manipulado pela mídia nacional e efetivado na corte de Brasília. Soava nas avenidas como independência, contudo no mais íntimo de sua garganta o que ele dizia era – Nos tornaremos mais dependentes daqueles que nos colonizam, dos que tem interesse de lucrar usufruindo do patrimônio brasileiro sem dar a nação nenhuma contrapartida, dos que injetam dinheiro capitalizado via sistema financeiro e levam desse território renda líquida sob a forma de juros, e dos monopólios globais de produção, que desejam somente aumentar seus lucros as custas da força de trabalho. E logo, o que se tem hoje depois de tanta agitação? Silêncio e resultados catastróficos que aquele “povo” – na ilusão de justiça, não esperava.

Esclarecer a quem de fato comporta a palavra “povo” tanto utilizada nos parágrafos anteriores, é ponto relevante para se compreender as razões que o levou aos protestos, mais conhecidos como ‘panelaços’, iniciados em 2015 e silenciados desde que o atual Presidente tomou o poder. Até aonde se sabe, se define por povo – o conjunto/totalidade de indivíduos pertencentes a uma sociedade ou nação, no entanto em nosso contexto, o “povo” se resumiu apenas, em dada conjuntura, a chamada “classe média” brasileira conservadora e reacionária, que nas ruas, induzida pelos veículos de comunicação tendenciosos, simbolizava os anseios das elites política e econômica, tanto nacionais quanto estrangeira, com as quais quer, alienadamente, se irmanar. Como se isso fosse possível.

Uma fração de classe que se intoxicava de ódio por achar que pagava uma conta não devida. Acreditava que era de seu bolso que se beneficiavam os menos favorecidos com os programas sociais criados e/ou mantidos pelos governos Lula e Dilma. Tinham convicção que o mal do Brasil era ter um partido corrupto no poder – por sinal, extraordinariamente, o único para ela, e que com sua retirada, toda a má sorte que recaía sobre esta terra teria seu fim, até mesmo a crise econômica que dava, no país, seus primeiros sinais em 2010⁶¹, porque esta também era culpa do PT e não resultado de uma estrutura econômica capitalista aliada a circunstâncias de conjuntura internacional. Quanta desinformação para uma parcela que clamava aos quatro ventos que a ascensão

⁶¹Disponível
<<http://noticias.r7.com/brasil/crise-economica-comecou-antes-das-pedaladas-07052016>>

do PT ao poder foi em razão dos votos das classes populares, dos analfabetos – “desinformados”⁶², diga-se de passagem, dos nordestinos. Bem, “desinformados” por “desinformados”, pode-se dizer que os da chamada “classe média” também deram vez à chegada ao poder outros partidos corruptos que não o PT, que antes pelo que parece, não eram reconhecidos como tais por esta fração de classe, visto que o momento vivido pelo Brasil está sob o comando do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e muitos outros partidos, e não mais do PT, e todos sem exceção, envolvidos em processos espúrios e ilegais.

Portanto, e apesar das panelas, simplesmente nada do que se solicitou nas avenidas – quando se analisa os pedidos contra as improbidades administrativas, foi realizado, exceto o lado mais sórdido dessa exclamação sonora que protestava por mudança, como: o impeachment de uma presidente sem causas legítimas, nem legais; e uma sucessão de cortes em gastos sociais (Bolsa Família, PAC, Minha Casa, Minha Vida) e até recursos destinados ao SUS (Sistema Único de Saúde)⁶³. Ainda no governo Dilma, uns desses já haviam recebido as primeiras tesouradas em 2016, somando o valor de R\$25 bilhões⁶⁴; além disso, também sofreram reduções os recursos para as escolas e universidades públicas na ordem de R\$4,3 bilhões para este ano de 2017⁶⁵. Tais medidas não são tão espantosas quando se verifica o entendimento de alguns, tais como o Deputado Marquezelli (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, SP), que afirmou: “quem não tem dinheiro não faz faculdade”⁶⁶, em outras palavras, quem possui nenhuma ou pouca renda não aprofunda seus estudos neste país, porque o Estado não tem interesse em se responsabilizar pela qualidade da educação, especialmente, a de grau mais elevado. Há inclusive vários estudos que indicam a inexistência de tal interesse no âmbito dos países dependentes. E logo, o Brasil na sua condição de dependência não poderia atuar de modo diferente, portanto, sem investimentos governamentais intensivos e frequentes para a modernização do ensino superior é impossível ter autonomia nacional em termos de ciência e tecnologia, e, por conseguinte

⁶² Disponível em: <<https://carlosleite.jusbrasil.com.br/artigos/425432054/desmoralizando-os-panelacos>>

⁶³ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pmdb-prepara-ajuste-para-cortar-subsidios-e-diminuir-o-gasto-publico,10000023314>>

⁶⁴ Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/09/27/internas_economia,600305/governo-corta-r-25-bilhoes-em-gasto-social.shtml>

⁶⁵ Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8734>>

⁶⁶ Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/>>

a base produtiva do país ficará sempre sob o comando e interesses dos países capitalistas centrais.

Então, quais das razões citadas no início deste texto encontramos nos “panelaços” brasileiros? É visível que em sua maioria, as manifestações naqueles países possuíam causas autênticas, sejam sociais, sejam econômicas. Porém, se observando a chamada “classe média” no Brasil, em nenhum momento ela estava empobrecendo ou suas panelas haviam se esvaziado pela escassez de alimento, pelo contrário, o país vinha de um intenso crescimento econômico entre 2004-2012, momento em que essa “classe” se expandiu e todos os subsegmentos atuais e antigos dela, aumentaram suas rendas⁶⁷. É fato que, aqui não se concorda com algumas classificações dadas quanto a formação de uma “nova classe média” no Brasil, porque há muitas questões a serem observadas com respeito a esta afirmação. Mas a partir de dados estatísticos, é possível verificar o crescimento da renda⁶⁸ da “classe C”, que saiu de uma participação de 45,4% para 54,2% entre 2002 e 2009, assim como a elite brasileira (classe A e B), que tinha participação de 13% e passa para 17% nestes mesmos anos. Bem como, não presenciávamos uma hiperinflação e tão pouco vivíamos um modelo autoritário nos períodos de governança do PT.

Nessa circunstância, faz-se necessário indagar novamente: o que justificou os “panelaços”? Não se tem nenhum argumento merecedor de crédito, pois quando se olha a fundo o que se percebe é: ou lutavam somente pela retirada do PT e com ele todos os programas sociais juntos, ou porque tinham certeza de que, por sua luta, a justiça iria reinar no país. Se decidido pela primeira tiveram e continuam tendo êxito porque esse partido está sendo reduzido a pó, bem como os referidos programas pelos bombardeios que recebem de todos os lados. O que tecnicamente não tem necessidade de sobressalto, pois a luta de classes se dá sempre que uma se torna insatisfeita por ceder espaço demais para outra, ainda que não sejam nobres e aceitáveis as razões que levam a disputa por espaço de alguma delas. Se considerado a segunda opção, é lamentável a tamanha ilusão em que esteve inserida essa “classe”. Como esperar justiça de um judiciário comprado e de um Congresso atolado em corrupção? Como esperar que haja crescimento econômico se o governo posto quer apenas simplificar a vida daqueles que

⁶⁷

Disponível

em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,panelacos-um-legado-da-elite-chilena,1659890>>

e

<<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-panelaco-e-as-formas-do-protesto-social/4/33657>>

⁶⁸ SCALON, Celi Scalon e SALTA, André. *Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica*. Revista Sociedade e Estado. Vol. 27, Nº 2, Maio/Agosto 2012.

querem aumentar seus lucros do modo mais fácil possível, sem nenhum esforço de produção?

Porém, se as pessoas que foram aos movimentos com suas fardas da CBF, com seus brinquedos amarelos e que usaram suas caçarolas Tramontina⁶⁹ nas janelas tinham ciência de tudo isso, é assim possível explicar os representantes escolhidos por elas em seus tempos de árdua batalha. Não poderia ser diferente a escolha de “bravos e destemidos heróis” como Aécio Neves (Senador-PSDB), Eduardo Cunha (Deputado-PMDB, e Ex-Presidente da Câmara dos Deputados), Juiz Sérgio Moro, entre outros. É também compreensível e aceitável como verdade as afirmações sobre o financiamento dos grupos MBL (Movimento Brasil Livre) e “Vem pra Rua”⁷⁰ pelos partidos que compõem o atual Governo (DEM, PMDB e PSDB)⁷¹. Tais grupos foram criados em 2014 para mobilizar, segundo eles, a sociedade brasileira na luta contra a corrupção e pró-impeachment da Presidenta Dilma, de modo suprapartidário. Todavia, o que se encontrou neles constitui-se em atitudes medíocres e incondizentes com seus discursos de estarem acima de ideologias e interesses de partidos políticos. E a caso o golpe (impeachment), encabeçado nas ruas por esses grupos, não era de interesse dos que estão no poder hoje?

Bem, não se sabe se por sensação de dever cumprido ou se por vergonha universal, unicamente o que se tem atualmente é um silêncio sepulcral no que se refere as panelas, embora não se durma tranquilamente, nas noites brasileiras já que o barulho ensurdecedor da quebra de direitos dos trabalhadores, agora impera, paradoxalmente em silêncio. Tal silêncio, começou a reinar quando dois dias após impeachment da Presidenta Dilma, o governo sancionou a Lei 13.332/2016 que autoriza as pedaladas fiscais, um dos motivos pelos quais ela foi destituída de seu cargo ou quando quase 1/3 do total de ministros escolhidos por Temer para compor seu governo estavam afundados em denúncias da Odebrecht⁷², assim como o próprio Presidente pelo recebimento de 10 milhões de reais de propina, fundos de campanha. Coisa nenhuma de ruídos se ouviu.

⁶⁹ CBF (Confederação Brasileira de Futebol); Brinquedos amarelos: patos e cornetas amarelos muito utilizados pelos manifestantes; e Tramontina: marca de panelas comum nas cozinhas da classe média.

⁷⁰ Grupos da juventude social fundados com o suposto propósito de lutar contra a corrupção

⁷¹ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/mbl-teve-financiamento-de-partidos-em-atos-mostram-audios/>>; <<http://www.vempraruia.net/sobre-nos/>> e <<http://mbl.org.br/parlamentares/>>

⁷² Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/lista-de-fachin-tem-9-ministros-de-michel-temer-alvos-de-inqueritos-diz-jornal>> e <<http://www.valor.com.br/politica/4937008/odebrecht-diz-que-destinou-r-10-milhoes-temer-padilha-e-skaf>>

Após a posse do Governo interino e sua cúpula, iniciou-se a corrida para atender interesses particulares do setor privado, visto que anteriormente não estavam bem do agrado daqueles que dominam esse setor. Em 2015 já se pronunciava oficialmente os futuros desdobramentos que teria o país, caso o atual Presidente viesse a obter o comando da máquina do Estado, esta afirmação pode ser confirmada no documento emitido pelo PMDB em outubro desse ano, intitulado “Uma Ponte para o Futuro” em que diz: “d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência”.

De certo modo, nem precisaria frisar qualquer parte que fosse dessa alínea, mas por uma questão de esclarecimento, onde nesse texto se encontra a afirmação de que o governo atual estará desenvolvendo e executando uma política centrada nos interesses do povo? E se desta maneira afirmasse, quem é o povo? Será se o repasse de ativos para a iniciativa privada irá de fato gerar mais emprego no país ou este setor utilizará esses recursos para aplicar no ramo especulativo, como já vem fazendo há mais de 3 décadas? Por que se corta o impensável da educação e da saúde, e em contrapeso se transfere o que for necessário as empresas privadas, ou seja, transfere-se para estas, recursos sem nenhuma restrição? Como a Petrobras pode ter preferência, se é retirado dela a autonomia de exploração de um bem de forte peso econômico global, com o repasse deste aos interesses privados estrangeiros? Se em apenas um pequeno trecho do documento é possível tantas perguntas, que seria se analisássemos o texto integralmente! Sem dúvida se chegaria a conclusão de que tudo que ocorre hoje no cenário político-econômico brasileiro havia sido planejado com bastante antecedência por quem hoje detém o poder.

De todas as medidas absurdas tomadas pelo Governo Michel Temer, a PEC do teto dos gastos públicos (PEC 241), agora nomeada como PEC 55, foi uma das que mais colocou o país em desalinho com o crescimento e geração de renda tão defendidos pelos paneleiros. Em 15 de dezembro de 2016, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 95, que limita o teto dos gastos públicos por 20 anos. Somente em março deste ano os recursos foram retraídos em R\$ 42,1 bilhões. Depois desta, há em curso a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, o aumento dos impostos, já aprovados, além da gravíssima denúncia de corrupção do mandatário maior de plantão, que será

votada na Câmara dos Deputados se deve ser acatada ou não no próximo 02.08.2017.
Nenhum som de panelas no ar!

Afirma o Governo no “ Ponte para o futuro” que seu programa se dará pela esperança que ainda resta entre nós, abraçando precisamente as leis e resguardando a ordem, pois de outra forma o avanço é impraticável, e finaliza proferindo sobre sua promessa em reconstituir um Estado democrático, próspero e justo. O iludido homem da chamada “classe média” agarrou-se a este discurso e acreditou ser para ele a esperança e a prosperidade, assim como acreditou que seus objetivos soavam por ser ele um ser democrático, que o Estado pelo qual lutava seria o mais justo e cumpriria a lei, mas a realidade se mostra Temerosa, com a ilegalidade correndo nas veias daquilo que defendeu e para quem se tornou um espelho. Será que em algum momento este homem se questionou quanto ao seu pensar político ser tão fraco tanto quanto os argumentos do Legislativo no momento das aprovações absurdas que se tem presenciado? A fantasia de seu imaginário alienado - fazer parte da elite, comprou sua fraca alma e se tornou seu combustível de todo dia. Mas o que lhe restou foi perceber que apenas era mais uma marionete do circo, pois cumpriu direitinho a vontade daqueles que lhe deram movimento, daqueles que deveriam estar ocultos por trás das telas, mas que fizeram questão de mostrar-se, afinal o país precisava conhecer os “salvadores” patriotas. Para ele, deve ser ainda mais doloroso perceber que tampouco o sonhado “progresso” aconteceu. Será que tudo isto está na base do citado silêncio dos paneleiros?

No dia 11 de julho de 2017, foi aprovado, pelo Senado, o texto da reforma trabalhista que tende a entrar em vigor, com as novas regras, em torno de quatro meses. A reforma *maléfica* vem para mudar a lei trabalhista brasileira e traz alterações sobre férias, jornadas de trabalho, entre outros. A população negra será atingida fortemente com a precarização dos direitos trabalhistas. As mulheres negras, em especial, destacam-se pelo o fato de serem o grupo que apresenta menores salários e taxa de desemprego duas vezes maior em relação a homens brancos. O machismo e o racismo contribuem bastante para essa barreira que existe na inserção da mulher negra no mercado de trabalho.

Além da dificuldade da ocupação em cargos mais formais, mais qualificados e que ofereçam uma renda maior, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que as mulheres negras enfrentam uma carga maior na jornada doméstica. Isto posto, com a reforma trabalhista e uma carga horária mensal de 220 horas em jornadas de trabalho a mulher negra se torna mais vulnerável ao desgaste físico e psicológico. Ainda segundo o DIEESE, as mulheres negras são mais sensíveis a ocupações com menor proteção social, sem carteira assinada, acarretando em emprego doméstico ou ocupando vagas de trabalho terceirizado.

Carolina Gaglino, técnica do DIEESE revelou, no Seminário “*A Reforma Trabalhista na vida das mulheres negras*” realizado no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, que em relação ao restante da população as mulheres negras obtêm uma taxa bem maior de desemprego. Em primeiro lugar mulheres negras estão com 14% de taxa de desemprego, o dobro da taxa de desempregados em relação aos homens brancos, com 6,9%. As mulheres pardas com 13%, taxa mais alta do que as desempregadas entre as mulheres brancas, 9,7%.

A cultura sexista, racista e misógino consegue tornar invisível a mulher negra no Brasil e contribui para criar, todos os dias, mecanismos para barrar a luta e conquistas de muitas mulheres que nos antecederam. Por não seguirem um padrão

⁷³ Artigo escrito em julho de 2017.

⁷⁴ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: gicellynayara@gmail.com.

estético imposto pela sociedade, as mulheres pretas são todos os dias são excluídas do mundo onde se pode conseguir um trabalho de prestígio. Em pleno século vinte e um, ainda é um grande desafio ser mulher negra e ter uma fácil inclusão no mercado de trabalho, que reflete em uma estrutura racista da sociedade e um passado escravocrata prolongado.

A uberização do trabalho diz respeito a uma nova morfologia da exploração da mão de obra, que carrega mudanças qualitativas aos direitos trabalhistas. A tecnologia vem provocando transformações nas relações produtivas, como consequência a relação de trabalho se torna precária, sem carteira assinada e sem garantias. As empresas-aplicativo⁷⁷ fornecem para trabalhadores autônomos mecanismos tecnológicos que são gerenciadas por plataformas online, pertencentes a tais empresas, conectando, assim trabalhadores e consumidores virtualmente.

As empresas *startups* que buscam explorar atividades inovadoras no mercado, como exemplo o Uber, buscam se inserir no mercado como parceiras, não mais como *empresas empregadoras*, transformando o motorista amador em um “colaborador” e um nano empreendedor de si próprio, que passa a ter a liberdade de administrar seu próprio emprego. Como consequência, há uma mudança no trabalhador comum para um novo tipo de trabalhador, o *trabalhador just-in-time*⁷⁸, disponível ao trabalho que pode ser moldado na exata medida das demandas do capital. A Uber recebe 25% do valor bruto em corridas UberX (carros populares) e 20% para UberBlack (veículos de luxo), sobrando 70% a 75% do valor bruto da corrida para o trabalhador informal.

O que torna mais atraente esse tipo de trabalho informal é a demanda que cresce, na medida em que o mesmo serviço prestado por um táxi, sai mais barato para o bolso do consumidor. Outra vantagem seria a reduzida burocracia que é preciso para a prestação de serviços. A praticidade do negócio o torna mais vantajoso. Para o professor Ricardo Antunes, nós estaríamos em uma sociedade da terceirização total. Tendo em mente que passamos pelo o Fordismo e o Toyotismo, logo, embarcamos na “era do uberismo”, que facilita para o capitalista abrir mão das obrigações trabalhistas, contratando mão de obra por meio de aplicativos.

Com as mudanças no mundo do trabalho, a informalidade está ganhando seu espaço, e com isso os direitos trabalhistas vão perdendo seu valor. Mesmo com a

⁷⁵ Artigo escrito em novembro de 2017.

⁷⁶ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: gicellynayara@gmail.com.

⁷⁷ Atuais empresas promotoras da uberização.

⁷⁸ Just in time é um termo inglês, que significa literalmente “na hora certa” ou “momento certo”.

“facilidade” de um emprego que gera uma renda para o indivíduo que necessita de um sustento, logo mercado de trabalho nos remete aos poucos, aos tempos das revoluções industriais, no qual o salário é apenas mais um custo de produção, e a redução dele se torna mais vantajoso ao capitalista, que com a exploração excessiva do trabalhador consegue acumular e capitalizar cada vez mais seu lucro.

DESIGUALDADE SOCIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UM QUADRO REVERSÍVEL⁷⁹

Hudson Gutierrez P. de Medeiros⁸⁰

No calor dos últimos tempos, o recente relatório intitulado “*A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras*” elaborado pela Oxfam, que jogou luz sobre a brutal concentração de renda existente no Brasil. De acordo com a pesquisa, Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermann Telles (AB Inbev) (Carlos Alberto Sucupira), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermiro Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) são os seis brasileiros que possuem, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país. O estudo revelou ainda mais: os 5% mais ricos detêm uma riqueza equivalente ao que é possuído por 95% da população.

É importante entender que a concentração e desigualdade de renda, no Brasil, tem origens em perspectivas históricas e econômicas conservando, até hoje, estruturas não muito diferentes do período colonial. Diversos fatores contribuem para a manutenção da desigualdade; um dos principais é a tributação regressiva que ao incidir nos serviços e no consumo onera principalmente a classe média e os mais pobres. A regressividade do sistema tributário vai na contramão dos países desenvolvidos nos quais prevalecem modelos tributários que incidem mais sobre a renda e o patrimônio. Fatores como alto índice de informalidade no mercado de trabalho, precária educação que é fornecida pelo Estado, este por sua vez que se abstêm de qualquer política pública que crie condições necessárias para uma real mudança na sociedade que possibilite maior distribuição de recursos, conservam as estruturas de um dos países mais desiguais e injustos do mundo.

Por outro lado, a receita para reversão ou, pelo menos, mitigação desse quadro já existe e carece apenas de direcionamento. As evidências e experiências internacionais mostram que não é tarefa impossível reverter esse quadro. Ampliação de políticas que viabilizem o crescimento econômico e que, ao mesmo tempo, ampliem a formalização no mercado de trabalho, investimento massivo em educação etc., podem ser citados

⁷⁹ Artigo escrito em dezembro de 2017.

⁸⁰ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: h.gutiery@gmail.com.

como exemplos de caminhos que precisam ser seguidos se o interesse do Estado for construir um sistema tributário no qual prevaleça a justiça social.

Nesse contexto, o estudo *"Desigualdade no Brasil: uma Perspectiva Regional"*, feito pelos economistas Carlos Góes e Izabela Karpowicz, analisando o período entre 2004 e 2014, constatou expressiva redução da desigualdade de renda na região nordeste, destacando-se os estados do Maranhão, em primeiro, com uma queda de 19% na desigualdade, seguido pelo estado do Piauí com 18% e Pernambuco com 17%. Sendo apontadas as principais causas que levaram a esse quadro de reversão o aumento da escolaridade entre os mais pobres, formalização do mercado de trabalho e o programa bolsa família.

Talvez, o ponto mais importante seja entender que não é apenas a desigualdade em si que é um problema, mas sim que ela causa uma série de outros problemas, como aumento nos índices de violência e criminalidade, pobreza, desemprego, favelização, miséria, queda no IDH, entre muitos outros que afetam a vida da sociedade e a eficiência da economia como um todo. Apenas a existência de uma desigualdade acentuada serve de indicador para que se perceba que existe algo de muito errado com o Brasil e que precisa ser revisto. Porém é difícil ter perspectivas otimistas uma vez que a maioria dos problemas no país são de ordem institucional e política, não de ordem técnica, segundo o economista polonês Michal Kalecki ao analisar economias subdesenvolvidas, a superação de tais obstáculos exigiria forças maiores do que as que levaram a revolução francesa.

EXPLORAÇÃO LEGALIZADA⁸¹

Jefferson de Souza Costa⁸²

A Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), que contempla nove reservas ambientais e indígenas, está localizada nos estados do Pará e do Amapá e tem cerca de 47.000 km². Podendo ser comparada, em tamanho, com a Suíça, foi criada em 1984 já no fim do regime militar. Esta reserva teve por finalidade a mineração de empresas estatais, contudo, a mesma está diante da sua possível extinção, pois o governo do atual presidente do Brasil, Michel Temer, por meio do Decreto 9.142/2017, está vendendo a esta área para empresas estrangeiras. Alertando para o fato que a população brasileira não sabia que sua própria terra estava sendo vendida, todos os trâmites da negociação são feitos sem o consentimento da nação.

O Decreto supracitado abre as áreas definidas para mineração estatal para empresas de outras nações, contudo a população brasileira será diretamente prejudicada caso essa venda de terra venha a ser concluída. Os impactos ambientais que uma indústria de exploração mineral causa são irreparáveis; os danos mais visíveis são o desmatamento, desvio de rios e o mais comum que é a contaminação dos rios por metais pesados. É válido salientar que a RENCA está cercada por reservas ambientais e indígenas, sendo assim, a fauna e flora desses locais serão modificados e ameaçarão populações indígenas.

A gravidade de algum possível desastre ambiental se torna ainda maior por se localizar perto de grandes rios. Um fato ainda mais alarmante é do último e maior desastre ambiental que o Brasil já enfrentou, que foi causado pela mineradora Samarco que é controlada pela companhia Vale⁸³, no ano de 2015, onde a barragem do Fundão rompeu-se e todos os restos de resíduos invadiram cidades e contaminaram rios.

A falta de estrutura governamental na geração e distribuição de empregos nas cidades é o principal fator para surgirem atividades clandestinas, mais frequentemente no norte do Brasil. Uma das atividades mais comuns é o garimpo. Um contingente de

⁸¹ Artigo escrito em julho de 2017.

⁸² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: Jeff.costa3@hotmail.com

⁸³ Vale é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país.

pessoas que ficam sem espaço de trabalho nas cidades e veem como *única* solução procurar atividades clandestinas.

Entretanto, o governo não busca legalizar e instruir os trabalhadores a fazer um trabalho com menos agressão ao meio ambiente mantendo, assim, a reserva preservada e gerando emprego formal, no entanto, está disposto a leiloar terras brasileiras para empresas estrangeiras onde as mesmas não terão preocupação com o bem-estar da sociedade. Até mesmo com as mineradoras privatizadas, mas de controle brasileiro, como nos dias atuais, os danos causados já são de grande proporção e intensidade, qual será o resultado quando o governo não puder mais interferir nas ações de empresas estrangeiras e ficarmos a mercê da benevolência dos empresários? Não passará de uma exploração legalizada.

O atual governo mostra que realmente não se importa com as áreas verdes do país. Em relação a proteção da Amazônia, a Noruega e Alemanha são os principais países que ajudam financeiramente o Brasil para reduzir o nível de desmatamento. Como as metas de desmatamento não estão sendo cumpridas “*o Brasil vai perder pelo menos R\$ 166,5 milhões de ajuda norueguesa neste ano por causa do recente salto no desmatamento na Amazônia*” (MAISONNAVE, 2017). Portanto, podemos notar o total descaso que a proteção ao meio ambiente está sendo tratada. O que restará para as gerações futuras? Só o tempo dirá!

FALTA DE INVESTIMENTO NA GERAÇÃO DE ENERGIA⁸⁴

Jefferson de Souza Costa⁸⁵

Não é a primeira vez que o Ministério de Minas e Energia toma como solução deixar as termelétricas em funcionamento, devido a problemas com as hidrelétricas. Com essa prática, o consumidor arcará com os custos desta mudança na geração de energia. A falta de estrutura governamental para tal situação é de plena insensatez e a busca por meios menos nocivos e por uma menor fonte de despesas futuras parece não existir.

O Brasil possui no total 20 usinas termelétricas, distribuídas em 9 estados, e está dividido entre as usinas que mais produzem energia e que menos produzem. Para tal, as mesmas têm diferentes custos, aquelas que têm uma maior produção apresentam custos maiores do que as de menor produção.

Tal medida será diretamente imposta aos usuários destes serviços, fazendo uso de Bandeiras Tarifárias. Estas bandeiras de cores vermelha, verde e amarela indicam as condições de geração. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, as Hidrelétricas representam 90% da geração de energia elétrica no Brasil. Com isso, a crise hídrica que o país enfrentou e está enfrentando desde o final do ano de 2016 e 2017, influenciou diretamente na geração de energia elétrica.

A justificativa do governo para acionar as termoelétricas é que os reservatórios mais importantes do país, que estão localizadas no Sudeste e Centro-Oeste, tiveram em 2017 o pior mês de outubro, desde o ano 2000, e com a necessidade de poupar água a solução que seria ligar as termelétricas. Mesmo o Brasil sendo um país de muitos recursos naturais, as energias renováveis no Brasil ainda são tabus. Em termos proporcionais, os investimentos em energias limpa chegam a ser quase nulos em relação ao tamanho do país e a quantidade de recurso que temos, *“apesar da incidência farta de sol nas terras tupiniquins, a energia solar supre menos de 1% da demanda de energia do Brasil. Mesmo sem ajuda da natureza, outros países do mundo estão bem avançados na exploração dessa fonte renovável”* (Barbosa, 2016).

⁸⁴ Artigo escrito em novembro de 2017.

⁸⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: Jeff.costa3@hotmail.com.

A Alemanha, Itália e Espanha, respectivamente, são os destaques quando nos referimos a energia solar, com números cada vez mais convincentes de que a energia renovável, além de ser uma fonte limpa, propicia uma economia para a nação. Mesmo com recursos naturais limitados, as mesmas estão liderando o ranking de geração de energia solar.

Sabe-se que o investimento inicial em fontes alternativas de energia é elevado, contudo, é notável o retorno financeiro. “*Os painéis fotovoltaicos se pagam um período que varia entre 6 e 12 anos, dependendo principalmente da tarifa na região*”, diz Rodrigo Lopes Sauaia, diretor- executivo da ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica)” (Oliveira, 2015). Fica-se a inquietação, quais os motivos para essa fonte não prevalecer no Brasil? Seriam operacionais ou políticos? E quais as consequências para a natureza e para os consumidores da não utilização de energias renováveis? São perguntas que precisam ser seriamente pensadas e respondidas.

A guerra na Síria, hoje, é de fato o marco do domínio do grande capital sobre a humanidade. O desejo insaciável de acumulação deste capital se dá pelo jogo geopolítico e pelo contexto de dominação mundial no qual os Países imperialistas se atacam para conseguir tal posto. Para entender esse momento na história, é preciso averiguar as condições que antecedem todo esse horror no qual a Síria vem passando. Mesmo assim, fica claro, antes mesmo dos fatos não expostos, que o momento é de desordem mundial, isso porque as vidas são descartadas como se fossem lixo, a humanidade está cega e se afundando no seu próprio ‘mar de caos’.

A lógica imperialista de dominação territorial possibilita que uma nova guerra mundial ecloda, fazendo com que a história se repita e um passado de absurdos gloriosos seja refeito. Sempre que o capitalismo se encontra em crise, o grande capital, os conglomerados de crédito, os bancos, o mercado financeiro e os governos se unem para que o sistema possa se levantar novamente, recuperando-se de suas próprias falhas. Essas “crises” passaram a ser mais percebidas depois da liberação e desregulamentação dos mercados financeiros na década de 1950.⁸⁸

No plano interno, o que vem acontecendo na Síria é uma instabilidade entre as alianças, assim como uma sobreposição de múltiplos conflitos (étnicos, religiosos, geopolíticos e sociais), que a princípio caracteriza uma guerra civil, mas que, num contexto mundial é a premissa necessária de potencialização para um patamar mais elevado de guerra, que começa por uma distinção entre “amigo-inimigo”, mas que suficientemente condiciona a participação dos ‘senhores das guerras’ a ponto de fazer eclodir uma nova guerra mundial.

A Síria é governada pela família Assad, desde a década de 1970, que, apoiada pela Rússia, Irã, o Hezbollah Libanês e milícias xiitas do Iraque, comandam um regime despótico (governo concentrado em apenas um governante) dentro do País. Durante muito tempo, esse regime resistiu às pressões populares de rua, os chamados rebeldes, formados por uma dezena de grupos – laicos, islamitas moderados e salafistas, que na

⁸⁶ Artigo escrito em abril de 2017.

⁸⁷ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: joaopaulo.j52@hotmail.com.

⁸⁸ O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos (Chesnais, 2002).

maioria das vezes competem entre si pelo controle territorial. Além dessa disparidade sociocultural entre as várias tribos ou clãs, um dos problemas iniciais foi à falta de uma frente de esquerda que promovesse os reais interesses para que esses manifestantes lutassem conjuntamente contra o regime da família Assad.

As principais e mais fortes forças de oposição à família Assad são o Exército Livre (apoiado inicialmente pela Turquia e Estados Unidos), o Exército da Conquista (onde a frente principal é a Al Nusra, apoiada pela AL Qaeda, e também pela Arábia Saudita e Qatar), o Estado Islâmico e o Isis que por momento desfez a fronteira entre Iraque e Síria e fundou seu próprio califado. Portanto, um vácuo político se instaurou e fez com que a revolta perdesse qualquer caráter progressista e isso acabou contribuindo para o estopim do conflito armado/semi-guerra mundial mais sangrento do século vinte e um, até então.

Todos esses grupos possuem interesses próprios e o dogma religioso é, na maioria das vezes, o condicionante dos conflitos internos. Entretanto, os reais problemas não se encontram somente nos interesses internos de cada clã, mas principalmente nos interesses dos grandes e reais imperialistas senhores das guerras, como os Estados Unidos (Departamento de Defesa e seus aliados – Europa, NATO, Países do Golfo liderados pela Arábia Saudita e Turquia) e o aparato militar Russo, que utilizam o argumento de combate ao terrorismo como forma de instaurar as rédeas do imperialismo com mais destruição em massa do que o próprio “terrorismo médio oriental” estaria causando até então. Foram as forças ocidentais e seus aliados que trouxeram outras organizações extremistas como a AL Qaeda, que tem como frente local a atuante conhecida como AL Nusra, e essa organização integra o que os Imperialistas chamam de “rebeldes moderados”, mas que agem sem nenhum pudor dentro do território.

É claro que, com toda essa desordem que proclama o ódio e a desumanização em nome da acumulação de capital, o regime de Assad não teria sobrevivido tanto tempo se não fosse o apoio dos Russos. Putin, como qualquer outro visionário imperialista, ansioso para salvar o que seria seu último aliado na região do Oriente Médio, enviou as pressas o seu mais poderoso armamento militar na tentativa de estabelecer o equilíbrio do conflito. Nessa ocasião o que entende se por equilíbrio de conflito, é o poderio em matar e destruir, todas as facções que estão envolvidas e que são inimigas diretas do regime da família Assad, mas que por hora também são inimigas entre si.

Diante de todos esses fatos expostos, esse horror vivido pelo povo Siriano, alastra-se por todo o planeta de maneira avassaladora e nos faz perceber o que o capitalismo nos reserva um modo de vida baseado em miséria e barbárie, deixando para os nossos futuros descendentes um rastro sujo de sangue e glória.

EM QUE DIREÇÃO A ECONOMIA BRASILEIRA CRESCE?⁸⁹

Karla Vanessa B. S. Leite⁹⁰

No último dia 01/06/2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados trimestrais das contas nacionais. O PIB apresentou um crescimento de 1,0%, quando comparado ao trimestre anterior. Se comparado ao mesmo trimestre do ano passado o resultado é um recuo de 0,4%. Com a divulgação desses dados, rapidamente, a equipe econômica do governo se apressou em ir aos principais meios de comunicação falar sobre recuperação econômica e retomada do crescimento. Nas palavras do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, *“hoje é um dia histórico. Depois de dois anos, o Brasil saiu da pior recessão do século. Neste período, milhões de brasileiros perderam seus empregos, milhares de empresas quebraram e o Estado caminhou para a insolvência. O forte crescimento da economia neste início de ano é uma comprovação de que este processo já mudou”*⁹¹.

Mas será que Meirelles tem razão? Para tentar responder essa pergunta e refletir sobre a atual dinâmica da economia brasileira, precisamos de alguns esclarecimentos. Primeiro, pelo lado da demanda, o PIB é composto pelo somatório de algumas variáveis, quais sejam: consumo das famílias, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, exportação e importação de bens e serviços. Analisemos, pois, o resultado de cada um desses componentes. Tanto o consumo das famílias quanto o do governo continuam em queda. A despesa de consumo das famílias caiu 1,9%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Essa redução foi de 1,3% para as despesas de consumo do governo. Por sua vez, a formação bruta de capital fixo apresentou um recuo da ordem de 3,7% (esse valor é de 4,8% quando a base de comparação é o trimestre imediatamente anterior). No que tange às exportações, houve um aumento de 1,9%. Já as importações, impulsionadas em grande medida pela valorização da taxa de câmbio, cresceram 9,8% (1,8%, em relação ao trimestre imediatamente anterior).

Todos os componentes da demanda interna registraram queda, quando a comparação é feita com primeiro trimestre de 2017. Mesmo quando a base de

⁸⁹ Artigo escrito em maio de 2017.

⁹⁰ Professora Adjunta II da UAECOM/UFMG e Tutora do PET – Economia.

⁹¹ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/06/brasil-saiu-da-pior-recessao-do-seculo-diz-meirelles>.

comparação é o trimestre imediatamente anterior, o consumo das famílias ficou praticamente estável (-0,1%) e a formação bruta de capital fixo recuou -1,6%. Observa-se, portanto, que, pelo lado da demanda, o componente que contribuiu para o crescimento do PIB foi as exportações (demanda externa). E o que isso significa? Mais adiante, discutiremos.

Pelo lado da oferta, é importante observar o valor adicionado ao PIB por cada setor da economia. Em comparação com o primeiro trimestre de 2016, o valor adicionado pela agropecuária, indústria e serviços foram de 15,1%, -1,1% e -1,7%, respectivamente. Para o trimestre imediatamente anterior os dados foram 13,4%, 0,9% e 0,0% (não houve crescimento) para agropecuária, indústria e serviços foram, respectivamente. Percebe-se, portanto que a principal contribuição para o PIB, pela ótica da oferta, veio do setor agropecuário.

Como se sabe, historicamente, a pauta de exportações da economia brasileira apresenta algum grau de concentração em produtos primários. A influência dessa concentração fica clara quando observamos os dados supracitados: o resultado positivo do PIB foi, essencialmente, estimulado pela demanda externa (exportações) e pelo setor agropecuário. O desempenho desse setor pode ser atribuído, essencialmente, ao desempenho de alguns produtos que possuem safra relevante – as “super safras” – no primeiro trimestre e apresentaram um crescimento nas estimativas para a produção anual (milho, fumo e soja, por exemplo). Os bens que registraram maior aumento nas exportações foram, de acordo com o IBGE, petróleo e gás natural, veículos automotores, produtos de metal, produtos químicos, papel e celulose e minerais metálicos.

Diante dos dados apresentados, uma questão fundamental precisa ser respondida ou, pelo menos, pensada: em quais bases se deu o avanço do PIB? Há razões para comemorar? Claramente, não há sinais de recuperação em todos os setores da economia. Além disso, o resultado do primeiro trimestre não foi impulsionado pela melhora da dinâmica interna da economia, mas sim pelas condições externas e por um setor, que embora seja importante para a economia brasileira, não o que apresenta produtos com maior valor agregado, tampouco é o que gera uma teia de serviços que cria postos de trabalho mais produtivos e que adicionam mais valor. Quando algum paciente (economia) está na UTI (recessão) e mexe a mão (modesto crescimento do PIB), por exemplo, certamente, é uma razão para “comemorar”. Mas, essa comemoração precisa ser vista com cautela, pois o movimento pode ser apenas um

mero reflexo (demanda externa) e não uma melhora nas condições do paciente (dinâmica econômica interna). Fiquemos, pois, atentos aos próximos movimentos do nosso paciente, a economia brasileira.

**PARA ONDE A FALTA DE INTERESSE PELA POLÍTICA PODE LEVAR UM
PAÍS?⁹²**

Karla Vanessa B. S. Leite⁹³

Os últimos dois anos não vem sendo fáceis para a sociedade brasileira. Em meio a denúncias de corrupção, envolvendo quase todos os partidos políticos, passamos por um processo de *impeachment* que se constituiu em um duro golpe contra a democracia. Seguindo a mesma tendência, no lado econômico, o cenário não é promissor. O envolvimento de grandes empresas em esquemas de corrupção e a opção do governo interino por uma política de austeridade fiscal contribuíram para a redução significativa dos investimentos e, conseqüentemente, do crescimento econômico, em um cenário no qual a economia mundial ainda se encontra “patinando” pós crise de 2008.

O sistema político brasileiro não cumpre uma função primordial em uma democracia: representar o povo e seus interesses. Não esqueçamos que democracia significa “poder do povo”. O que vemos são grupos/bancadas com capacidade de influenciar o governo para aprovar as reformas mais vantajosas para si, ainda que não o sejam para a maioria da população⁹⁴. Não bastasse isso, todos os acontecimentos da política brasileira corroboram uma realidade: o nosso sistema está falido e dominado por uma classe corrupta e decadente que não desempenha, minimamente, a função para a qual foi eleita.

Já que estamos falando em democracia, como ela ‘cabe’ na economia? Ou seria o contrário? A economia precisa ser democratizada no sentido de que a função dos economistas não deve ser, por meios de termos técnicos e raciocínios simples, dizer a população que suas demandas – saúde e educação, por exemplo – não são compatíveis ou não cabem no orçamento. Pelo contrário, devem buscar viabilizar, de maneira responsável, as escolhas democráticas. Não é o que vem acontecendo. Com a conhecida justificativa da austeridade fiscal, a equipe econômica do governo está propondo reformas – aprovadas pelo congresso – que não apenas retiram direitos e garantias

⁹² Artigo escrito em novembro de 2017.

⁹³ Professora Adjunta II da UAECOM/UFMG e Tutora do PET – Economia.

⁹⁴ Ver, por exemplo, a reforma trabalhista, já em vigor, e a proposta de reforma da previdência.

mínimas da população, como também contribuem para aprofundar a recessão em curso na economia brasileira⁹⁵.

E onde entra a falta de apetite do brasileiro pela política? Como política e economia não estão dissociadas, surge uma segunda pergunta: o desinteresse do brasileiro pela política contribui, em alguma medida, para que decisões importantes na área econômica sejam tomadas, ainda que não atendam ao interesse da população? É possível que sim! O cidadão brasileiro precisa se apropriar dos seus direitos e encarar a política de uma maneira diferente, mesmo que isso seja uma tarefa difícil.

A política é arte de governar e, como já foi mencionado, em uma democracia, esse governo é para o povo. A sociedade não pode assistir, inerte, aos desmandos de um governo e de uma classe notadamente marcados pela corrupção em níveis tão elevados. O *modus operandi* da política brasileira precisa mudar! Precisamos voltar a ter – ou começar a ter – mais interesse pelos assuntos políticos, pois, a história ensina que nenhuma mudança ocorreu de cima para baixo. Embora a política brasileira seja indigesta, é necessário buscar compreensão e reflexão crítica para que vejamos uma luz no fim do túnel e que essa luz não seja um trem a nos atropelar. Sem luta, não haverá progresso! E sem conscientização, a luta não ocorrerá!

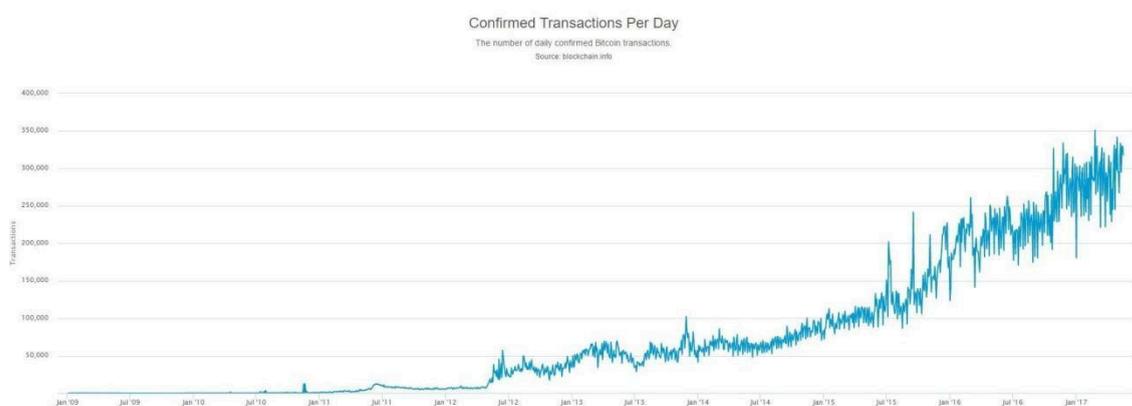
⁹⁵ Consultar a Proposta de Emenda Constitucional nº 55.

BITCOIN O PRIMEIRO PASSO DA MOEDA VIRTUAL⁹⁶

Sérgio Aduato Silva Pessoa de Carvalho⁹⁷

A primeira vez que o *Bitcoin* (BTC) foi utilizado como moeda de troca, foi através da compra de duas fatias de pizza em 2010 pela *Pizzas The Papa John's*, o valor de pagamento foi de 10.000,00 BTC. Esse fato ficou conhecido como: *Bitcoin Pizza Day*⁹⁸. Após isso, o número de transações realizadas pela moeda virtual cresceu progressivamente, tornando-se muito mais popular nos dias de hoje com principal destaque no mercado asiático⁹⁹.

GRÁFICO 1 – Transações Confirmadas por Dia



Fonte: Blockain.info (2017)

Antes de tudo, devemos entender o que é Bitcoin e como funciona. O BTC é uma moeda que não tem emissor central ou vinculação governamental, é um numerário criptográfico que só existe no mundo digital e como tal, não tem a mesma essência que as demais moedas que são consideradas fiduciárias, sendo a mesma um meio monetário deflacionário, que atua em uma rede autossuficiente, entretanto esse meio de troca, possui um limite de emissões em unidades monetárias BTC conforme seu Protocolo

⁹⁶ Artigo escrito em julho de 2017.

⁹⁷ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: sergioadauto@hotmail.com.

⁹⁸³ Portal News Bitcoin.com - Bitcoin Pizza Day: Reliving the Memories and Forging New Ones, May 22, 2017. Disponível em: <<https://news.bitcoin.com/bitcoin-pizza-day-memories/>>. Acesso em: 30 de Maio de 2017.

⁹⁹⁴ The World Economic Forum - What is Bitcoin?, May 22, 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/05/what-is-bitcoin/>>. Acesso em: 29 de Maio de 2017.

Raiz (sua programação), com limitação de 21 milhões de Bitcoins e divisibilidade fracionária de até 8 (oito) casa decimais (0,00000001) ¹⁰⁰.

O funcionamento deste recurso financeiro parte da utilização de endereços e corrente de blocos. Os endereços são compostos por chaves (*Keys*) com 27 a 34 caracteres alfanuméricos e como consequência da própria limitação gerada pelo protocolo raiz, existe um limite de $1,46 \times 10^{46}$ endereços possíveis, cada qual possui um par de chaves, uma pública e outra privada, na primeira funciona como meio de interlocução (uma espécie de acesso a sua conta para realização de transações), há segunda deve ser mantida em sigilo, pois é através dela que é armazenado seu dinheiro e também são realizadas as transações, um dos mecanismo muito utilizados para isso, são os QR Codes, desta forma as operações de compra e vendas são feitas com maior segurança, simplicidade e muito sigilo, mantendo sempre o anonimato de ambas as partes. Já as Correntes de Blocos (*BlockChain*) são uma espécie de banco de dados distribuídos pela rede Bitcoin, composto por Blocos de Transações que são acessíveis a todos os usuários da rede e é através dele que são realizadas as minerações por grupos de servidores coletivos ou empresas especialistas no ramo.

O Bitcoin não é a única criptomoeda (ou criptodinheiro) existente, estima-se que existam mais de 200, e a grande maioria dos especialistas afirmam que esse tipo de moeda tende a desvalorização ou a sofrer feitos de bolhas a exemplo disso temos a empresa Breadwallet, especializada na cotação e análise de troca do Bitcoin, onde ela insinua a possibilidade de uma iminência de uma bolha, conforme declaração ao seu Blog: "... há uma chance muito real de que o padrão de 2011, início de 2013 e final de 2013 estejam prestes a repetir. Se isso acontecer, você vai testemunhar a Quarta 'bolha de Bitcoin' oficial nos próximos meses"¹⁰¹. Porém Bryan Rich, um representante da Revista Forbes, escreveu em seu artigo "Is Bitcoin A Bubble?"¹⁰², onde ele expressa o seguinte: " Se você está procurando um sinal de alerta sobre o motivo pelo qual o preço do Bitcoin possa não ser sustentável, basta ver o comportamento em todos os mercados globais. Não é exatamente um ambiente que inspira confiança". O mercado vem

¹⁰⁰⁵ The Psychology of Decimals Nov 20, 2013. Disponível em: <<https://bitcoinmagazine.com/articles/the-psychology-of-decimals-1384986908/>>. Acesso em 31 de Maio de 2017.

¹⁰¹⁶ Four things to know about Bitcoin bubbles, May 12, 2017. Disponível em: <<https://breadwallet.com/blog/four-things-know-about-bitcoin-bubbles/>>. Acesso em 07 de Junho de 2017.

¹⁰²⁷ Is Bitcoin A Bubble?, May 25, 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/bryanrich/2017/05/25/why-the-bitcoin-bubble-could-be-dangerous/#3706f1d211bd>>. Acessado em 07 de Junho de 2017.

mostrando outra realidade com um crescimento moderado e contínuo, por esse motivo podemos entender que o Bitcoin ainda é uma moeda que tem aplicação e utilidade no mundo real, como demonstração da existência ainda de confiança, a presidente-executivo da Fidelity Investments, Abigail Johnson, falou brilhantemente em um evento do New York Post: "Não é por acaso que eu sou um dos poucos que está diante de você hoje de uma grande empresa de serviços financeiros que não desistiu de moedas digitais", disse ela. "Ainda sou um crente".¹⁰³

Um dos desafios enfrentados por essa economia digital são as barreiras, ou restrições, aplicadas as casas de câmbio (*Exchange houses*) e pelos governos de alguns países por não terem ferramentas ou meios de regularização deste tipo de moeda. – Em 2013 duas *Exchange houses* dispuseram de suas contas bancárias congeladas, sem aviso prévio por dois dos maiores bancos canadenses, a única resposta que esses proprietários obtiveram posteriormente foi que o negócio deles não era registrado pelo governo e o banco como órgão registrado tem o pleno direito de bloqueá-los¹⁰⁴. Todavia, como o sistema Bitcoin não é solidificado apenas as casas cambiais, mesmo sofrendo essa resistência, existem outras ferramentas de atuação informais de conversões de pessoas para pessoas (*peer-to-peer*), mesmo assim não se reduz a complexidade da introdução da moeda digital por parte de usuários e da rede de comerciantes que podem vim a ficar receosos.

Como exemplo a essa restrição/receio temos, o Vietnã com a declaração emitida em fevereiro de 2014 pelo *Bank of Vietnam*, onde proibia as instituições de crédito de utilizar a criptomoeda. O documento diz: "Todas as trocas de Bitcoin que permitem aos usuários negociar anonimamente, portanto, podem ser usadas para lavar dinheiro sujo, vender drogas, esconder-se de pagar impostos, trocar e pagar por atividades ilegais"¹⁰⁵. Outros exemplos a serem destacados é o caso da Islândia, na qual não temos uma plena certeza sobre a legalidade do Bitcoin. Da mesma forma do exemplo anterior, o Banco Central da Islândia conforme comunicado emitido em março de 2014, declarava que lidar com esse tipo de moeda poderia violar o *Islândia Foreign*

¹⁰³⁸ Why investors aren't giving up on, May 28, 2017. Disponível em: <<http://nypost.com/2017/05/28/why-investors-arent-giving-up-on-bitcoins/>>. Acesso em: 07 de Junho de 2017.

¹⁰⁴⁹ Bitcoin Dealers Are Running Into Problems In Canada, Apr 25, 2013. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/canadian-banks-closing-bitcoin-businesses-2013-4>>. Acessado em: 28 de Maio de 2017.

¹⁰⁵¹⁰ Viêt Nam News - State Bank to crack down on bitcoin exchange, July 12, 2014. Disponível em:

<<http://vietnamnews.vn/economy/257393/state-bank-to-crack-down-on-bitcoin-exchange.html#ez9rrmetm0fmwxo1.97>>. Acesso em : 08 de Junho de 2017.

Exchange Act, que descreve: "Não há autorização para comprar moeda estrangeira de instituições financeiras na Islândia ou para transferir moeda estrangeira através das fronteiras com base em transações com moeda virtual. Apenas por esta razão, as transações com moeda virtual estão sujeitas a restrições na Islândia"¹⁰⁶. No Bangladesh é considerado ilegal o uso de qualquer tipo de criptomoedas descentralizadas, punindo em até 12 anos de prisão o uso dessa moeda, tais medidas foram adotadas por causa do empobrecimento vivenciado pelo Banco de Bangladesh, declarando que: "A Bitcoin não é um contrato legal de qualquer país. Qualquer transação via Bitcoin ou qualquer outra moeda criptográfica é uma infração punível"¹⁰⁷. Talvez essas atitudes de medo/restrrição adotadas por esses países, sejam um reflexo da insegurança gerada pela criptomoeda, que acabou se tornando um ativo de liquidez alternativo aos títulos governamentais e um empecilho as políticas monetárias adotadas pelos bancos centrais.

A moeda digital pode ser usada como uma espécie de refúgio contra a desvalorização de moeda fiduciária (moeda local), como mecanismo que possibilite as relações comerciais internacionais e nacionais com maior facilidade e sem o medo de *débâcle* e do possível confisco governamental como ocorrido na Grécia com o medo do retorno a moeda nacional dracma conforme declaração ao Jornal O globo¹⁰⁸: "Quando as pessoas tentam transferir dinheiro para fora do país, o Estado impede que isso aconteça. O bitcoin é a única forma de movimentar algum valor"

Outro bom exemplo é o caso da Venezuela, onde a moeda digital é utilizada pela população como refúgio a desvalorização do bolívar e inflação gerada pela escassez de produtos, conforme declaração dada pela BBC Mundo, vários fatores explicam o bom desempenho do Bitcoin, diz David Moskowitz, fundador da Coin Republic, uma rede de corretagem de Cingapura especializada na moeda:¹⁰⁹ "O aumento desde novembro poderia ser por causa da redução pelo governo da Índia do dinheiro vivo em circulação no país, do controle sobre capitais na Venezuela e dos rumores de ações similares em outros países."

¹⁰⁶¹¹ Cryptocoins news - Top 10 Countries in Which Bitcoin is Banned, May 17, 2015. Disponível em: <https://www.cryptocoinsnews.com/top-10-countries-bitcoin-banned/>. Acessado em: 08 de Junho de 2017.

¹⁰⁷¹² The Telegraph - Why Bangladesh will jail Bitcoin traders, Sep 15, 2014. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/finance/currency/11097208/Why-Bangladesh-will-jail-Bitcoin-traders.html>. Acessado em: 08 de Junho de 2017

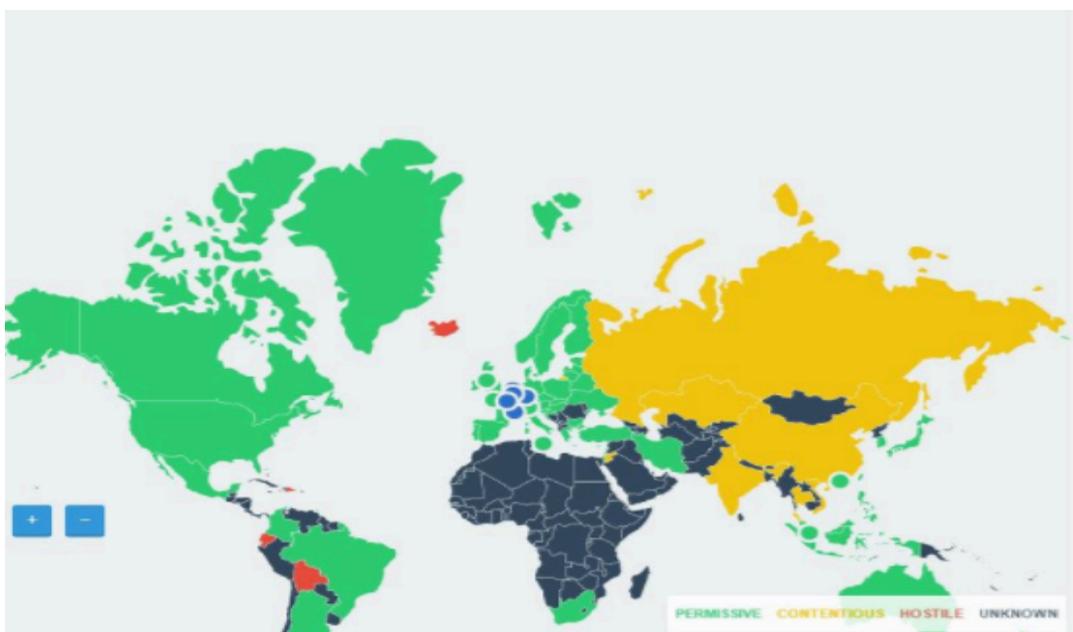
¹⁰⁸¹³ Sem dinheiro, gregos recorrem ao Bitcoin, 03, Julho de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/sem-dinheiro-gregos-recorrem-ao-bitcoin-16649023>. Acessado em: 02 de Junho de 2017.

¹⁰⁹¹⁴ O que a Venezuela tem a ver com os valores recordes da moeda virtual bitcoin, 10, Janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38553632>. Acessado em: 02 de Julho de 2017

Outra declaração feita a BBC Mundo por Kevin Charles, gerente-geral da Surbitcoin, corretora dessa moeda virtual na Venezuela, destaca que os cidadãos deste país, assim como os chineses, também apostam cada vez mais no Bitcoin. "Sem dúvida alguma, a situação na Venezuela faz os benefícios do bitcoin ecoarem internacionalmente, e existe uma demanda cada vez maior pela moeda."

A rede Bitcoin não é perfeita e possui alguns problemas bastante conhecidos, como o caso da flutuação de preços (moeda), por ser um sistema em software é propício a ataques hackers. Além disso, temos a questão da aceitação e do uso em vários países, em algum dos casos o a moeda digital, como a exemplo dos Estados Unidos é vista/definida como commodity¹¹⁰.

FIGURA 1: Legalidade Bitcoin - Mapa de Paisagem Regulatória



Fonte: <http://www.coindesk.com/bitcoin-legal-map/>

O Bitcoin pode vir a falhar algum dia, a história é a prova disso, várias moedas já fracassaram por fatores inflacionários, por políticas governamentais ou problemas técnicos, entretanto essa moeda mostrou-se ser confiável por vários anos desde a sua criação com Satoshi Nakamoto (suposto criador), porém devemos levar como regra fundamental que nem uma moeda pode estar isenta de falhas ou problemas, e também não podemos definir o futuro do Bitcoin.

Além disso, um problema de grande relevância a destacada, é a questão do anonimato envolvendo os donos de Bitcoin, e o sigilo envolvendo as transações de BTC

¹¹⁰ Bitcoin: Is the crypto-currency doomed?, Jan 19, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/technology-35343561>>. Acesso em: 31 de Maio de 2017.

impossibilitando o rastreamento dos responsáveis. Tais fatos, são questionados pelos governos indagando (declarando) a questão da possibilidade do uso da moeda digital para o crime, como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, ataques hackers, financiamento do terrorismo e outras consequências nefastas.

Outro destaque de importância são as especulações sobre a possível bolha envolvendo as criptomoedas, contra isso podemos argumentar que, um repentino (rápido) aumento de preços não pode definir uma bolha. Escolhas tomadas por milhares de indivíduos que participam do mercado é o motivo/explicação para o preço do Bitcoin flutuar tanto. Razão essa de mudanças nos desejos dos indivíduos, podem gerar um sentimento de desconfiança e/ou confiança com a moeda digital, além de a própria mídia aumentar os estímulos de medo, incerteza e possibilidades de ganhos.

Bitcoin é a expressão da internet sobre o dinheiro, mas deem atenção a advertência de Gavin Andresen a Revista The New Yorker, sobre essa ferramenta ser a salvação da economia global¹¹¹: "Somente invista o tempo e o dinheiro que você pode perder, pois o Bitcoin ainda é um experimento. Quanto mais ele perdurar apesar de toda volatilidade e problemas técnicos, mais saberemos. Mas a confiança requer tempo."

O Bitcoin pode ser declarado como o primeiro marco histórico de uma moeda digital descentralizada, não sendo a última moeda deste tipo a existir, e abrindo possibilidade a outros meios e ferramentas. Essa moeda abre brechas as velhas perguntas dos economistas monetaristas sobre os fenômenos monetários que, até certo ponto, pareciam estar resolvidas.

¹¹¹⁶ THE BITCOIN BOOM, April 1, 2013. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/tech/elements/the-bitcoin-boom>>. Acesso em: 31 de Maio de 2017.

A ECONOMIA POR TRÁS DO YOUTUBE¹¹²

Sérgio Adauto Silva Pessoa de Carvalho¹¹³

Quando pensamos na plataforma de exibição de vídeos YouTube, nunca analisamos ela em seu complexo mercadológico, ou seja, na sua capacidade de monetização dos conteúdos em vídeos, a partir da disposição de propagandas de pré-visualização e da própria competência do influenciador digital em aumentar os seus números de seguidores (inscritos) e visualização para conseguir obter a remuneração digital (o dinheiro). Sendo assim, devemos compreender como funciona essa monetização.

A remuneração/monetização é baseada na *Partner Program* (ou Programa de Parceiro), que permite o cadastramento gratuito dos formadores de conteúdo digital que já tenham uma conta na plataforma do YouTube e que obedeçam aos requisitos iniciais de: mostrar a capacidade de produzir conteúdo próprio e original de forma respeitosa, produzir conteúdo regularmente, ter conteúdo que siga as normas da comunidade do YouTube, estar sobre a lista de países membros do Programa de Parceiro e possuir a capacidade de ter no mínimo 10 mil visualizações por mês. Portanto, os *digital influencers* conseguem, a partir da quantidade de *views* e da própria qualidade de conteúdo repassado, chamar a atenção de empresas (ou empresários), lojas, possíveis patrocinadores e mídias de publicidades sociais para divulgar os seus produtos, marcas, serviços e até mesmo campanhas através do YouTube (ou seja, o canal digital) dos influenciadores.

Por esse motivo, várias empresas e empresários estão de olho nos fenômenos chamados “*youtubers*”, os quais disponibilizam diferentes tipos de assessoria com objetivo de ajudar no aprimoramento dos serviços, como edições de vídeos, criação de roteiros dinâmicos, criação de lojas virtuais para disponibilizar produtos da marca do canal. Também auxiliam nas negociações de patrocinadores (e na contratação de novos), até mesmo na organização de eventos/encontros de integração social (entre influenciador e fãs). Uma boa referência para esse caso é publicitário Bruno Pires, que

¹¹² Artigo escrito em outubro de 2017.

¹¹³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: sergioadauto@hotmail.com.

trabalhava com agenciamento de artistas e começou a investir nos influenciadores digitais através do seu grupo Celebryt's. Sua *start-up* produziu uma ferramenta de busca que tem a capacidade de mapear todos os canais de youtubers brasileiros, atualmente contendo mais de 30.000 influenciadores e produzindo ganhos de 10% a 20% em cima dos contratos feitos e com expectativas de faturamento de R\$ 20 milhões para os três primeiros anos.

Além disso, Pires em entrevista à Folha de São Paulo, em 2016, destaca que “*atualmente apenas os youtubers mais conhecidos lucram com anúncios e ações de marketing. Queremos democratizar os investimentos entre os influenciadores. Tem muito canal bacana que não é conhecido*”. Por esse motivo, ele acredita na capacidade de crescimento desse tipo de mercado.

Tabela 1 – Ranking dos youtubers mais visualizados do Brasil

Classificação	Nome de Usuários	Vídeos feitos	Inscritos	Visualizações	Monetização (Ano)
1º A++	KondZilla (música)	55	19.722.839	9.813.340.503	\$2.1M - \$33.6M
2º A	Galinha Pintadinha (música)	42	8.305.232	6.591.818.672	\$660.6k - \$10.6M
3º A	RezendeEvil (jogos)	5.177	13.153.195	4.777.857.498	\$436.5k - \$7M
4º A	AuthenticGames (jogos)	3.042	11.182.713	4.648.035.606	\$379.3K - \$6.1M
5º A+	Turma da Mônica (desenho)	521	4.624.540	4.439.495.511	\$1M - \$16.2M
6º A	TotoyKids (desenho)	747	6.168.179	4.033.330.522	\$433k - \$6.9M
7º A	Henrique e Juliano (música)	161	6.052.769	3.982.741.735	\$1478.1k - \$7.7M
8º A	GR6 EXOPLODE (música)	1.639	8.214.093	3.559.095.203	\$820.2K - \$13.1M
9º A	Marília Mendonça (música)	60	5.975.995	3.500.921.759	\$320.6k - \$5.1M
10º A	Porta dos Fundos (outros)	757	13.470.932	3.441.352.733	\$185.6k - \$3M

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SocialBlade.

Uma outra referência é o caso do sueco Felix Khellberg, do canal PewDiePie, que conseguiu faturar no final de 2016, cerca de US\$ 15 milhões (ou pouco mais de 51 milhões de reais), sendo considerado o youtubers mais demandado para divulgações de propagandas e eventos, além de ser o mais bem pago por dois anos consecutivos (2015-2016). Já no caso brasileiro podemos observar, através da tabela 1, os canais de youtubers mais famosos e bem pagos, sendo o KondZilla (canal de música funk) o primeiro do *top 10*, que chegou a faturar aproximadamente 12 milhões de reais (2016).

Temos também o canal de *gameplays* do RezendeEvil que, em entrevista a folha de São Paulo (2015¹¹⁴), revelou ganhar em média 1 milhão por ano. Entretanto, conforme estimativas atuais (2017) da plataforma SocialBlade, o youtuber Predo Afonso Rezende (do canal RezendeEvil) tem ganhos anuais que variam de US\$ 436.5 mil a US\$ 7 Milhões.

Os primeiros *digital influencers* não tinham a pretensão de ganhar dinheiro ou muito menos ficarem famosos, pois em seu início não tinham o auxílio financeiro do YouTube e muito menos outras formas de faturamento. Basicamente o que os motivava era compartilhar e discutir sobre o que eles gostavam, como também sobre aspectos do cotidiano (dia-a-dia) chamando, assim, atenção de diversas pessoas e, com o passar do tempo, esses mesmos usuários (youtubers) passaram a ser reconhecidos como profissionais de influência digital.

Um fato interessante destacado pelo YouTube revela que esse nicho de mercado é tão autônomo que produz aproximadamente cerca de 400 horas de conteúdo por minuto. O próprio diretor de conteúdo da empresa no Brasil, Eduardo Brandini (2015), afirma em entrevista feita a Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios, que “*O YouTube é uma plataforma aberta e democrática em que qualquer criador pode subir seu conteúdo. Todo mundo gosta de ouvir e ver uma boa história. E os Youtubers bem-sucedidos são grandes contadores de histórias*”.

A exemplo disso, temos os canais de videogames (gameplay), que são um dos entretenimentos mais visualizados, onde podem encontrar conteúdos curtos e bem específicos, revelando ao jogador o que ele deseja descobrir, podendo achar além disso, séries de vídeos contando a história dos jogos e até mesmo vídeos longos como as livestreams, que podem ter durações de horas e são realizadas ao vivo. Além de haver uma tendência crescente nessa categoria de canais infantis, feitas por crianças produtoras de conteúdo, revelando que no Brasil existe essa busca pelo que foge do normal (ou seja, do tradicional).

Porém, esse novo tipo de entretenimento gratuito (os canais de youtubers), não só se resume canais de jogos, podendo encontrar conteúdos didáticos, educativos, musicais, jornalísticos, entre outros. O fato é que grande parte desse conteúdo são feitos por pessoas normais, que devem seguir uma regulamentação feita pelo YouTube para

¹¹⁴ **Folha de São Paulo** - Com 1 bilhão de acessos, brasileiro leva R\$ 1 milhão por ano no Youtube, set. de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/09/1679215-com-1-bilhao-de-acessos-brasileiro-leva-r-1-milhao-por-ano-no-youtube.shtml>>. Acesso em: 12 de out. de 2017.

evitar problemas judiciais e sociais, criando um sistema de *Flags* e *Strikes*. O *Flags* pode ser entendido como uma “marcação” que o vídeo do youtuber sofre, quando posta conteúdo com palavrões ou linguagem vulgar, ou contenha imagem, música ou vídeo que é de direito de terceiros. Dessa forma, o proprietário do conteúdo que foi utilizado indevidamente (sem seu consentimento), pode dar *flag* no vídeo e receber todo retorno financeiro que aquele vídeo venha a ganhar; e para os casos de palavrão e/ou linguagem vulgar (que possam ofender a determinados grupos), é retirado o direito de monetização daquele vídeo, sendo assim, youtuber perde o direito de receber. Já os *Strikes*, são mais sérios, pois se um vídeo é pego utilizando conteúdo pertencente a terceiros, o dono daquele conteúdo pode pedir a remoção do vídeo, e o canal como todo leva o *Strike*, e com três punições desse tipo, é gerado o bloqueio permanente do canal, ou seja, o canal é excluído e o influenciador digital (o youtubers) perde todo o direito de salvar seu material (em outras palavras, sem *backup*).

Por fim, também temos a possibilidade de uma regulamentação vindo do governo brasileiro, por intermédio da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, que visa através do acordo da Instrução Normativa nº 134, de 9 de maio de 2017, onde as peças publicitárias terão que se registrar na ANCINE e pagar uma taxa referente à contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional – CONDECINE. Entretanto o YouTube ou qualquer outro tipo de serviço em Streaming de vídeo não foi citado, pois se enquadravam na categoria de “publicidade audiovisual na internet”, não necessitando pagar a taxa CONDECINE, mas podendo se enquadrar há futuras regulamentações.

Além disso, o que mais chama atenção é o fato de se tratar de um novo nicho de mercado, sendo uma espécie de economia criativa, onde temos em comum a todos youtubers, o desenvolvimento de um modelo negócio autossustentável, que vai muito além da fama ou dinheiro, em outras palavras, é visado a incorporação da ideia do empreendedorismo como uma parte de si, que busca formas de obtenção de receitas através da inovação (como a criação de novos conteúdos, projetos e ideias mirabolantes), ou como diria Craig Venter, fundador da Celera Genomics, "Ideias todo mundo tem. O que faz diferença é a execução da ideia”.

Portanto, podemos dizer (ou especular) que a maioria das pessoas que buscam o entretenimento nos canais do YouTube, frequentemente, fogem do tradicional, daquilo visto nas emissoras de canais abertos (e até mesmo fechados). Nessas buscas, o ouvinte encontra no padrão a “estética do errado” que basicamente pode ser entendido como

aquilo que ocorre no dia-a-dia das pessoas. Em outras palavras, são vistas as falhas dos programas dos youtubers como de culinária, onde a receita culinária nem sempre pode sair como o esperado, quebrando, assim, aquela velha ideia da perfeição dos programas de televisão.

TEMER ADMITE DIFICULDADE PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA¹¹⁵

Victor Andrade Medeiros¹¹⁶

Após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a posse do seu vice, Michel Temer (PMDB), houve uma brusca mudança no plano de governo, sinalizando grandes reformas fiscais como o teto de gastos por vinte anos e a reforma da previdência. Foram e estão sendo adotadas uma série de medidas, consideradas impopulares por diminuírem a participação do estado com seus gastos como, por exemplo, na área da saúde e educação, e aumentado a idade mínima para se obter aposentadoria integral, 65 anos homens, 62 mulheres.

A reforma para o teto de gastos do Estado passou com facilidade nas duas casas do congresso, 366 a favor e 111 contrários na câmara dos deputados e 61 a favor e 14 contrários no senado. Essa maioria expressiva é até compreensível pelo apoio conquistado por Temer e seus aliados do PMDB para retirada do PT do governo, que já estava há exatamente 13 anos no poder, alegando crime de responsabilidade fiscal, além da fragilidade que se encontrava o governo Dilma por uma crise econômica e diversos casos de corrupção envolvendo a Petrobras, seu partido e a lava-jato.

Todas as reformas propostas por Temer têm sido vistas pela sociedade, e uma parte da mídia e opositores políticos como retrocessos aos direitos dos trabalhadores e mais pobres. É notório que o Estado brasileiro passa por dificuldades fiscais, com aceleração do endividamento, por exemplo, e a previdência consome uma grande parcela das contas públicas e muitos estudiosos, pesquisadores e membros do governo alegam que em longo prazo a previdência não conseguira quitar com suas obrigações, devido a fortes déficits e envelhecimento da população brasileira. Isso quer dizer que o número de beneficiados aumentará e a entrada de jovens no mercado de trabalho não suprirá a receita da previdência ao ponto de quitar as aposentadorias futuras. Então, a proposta de reforma é dificultar acesso a benefícios e aumentar o tempo de contribuição por trabalhador.

¹¹⁵ Artigo escrito em novembro de 2017.

¹¹⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: victor.vam1996@gmail.com.

Em contrapartida, economistas mais heterodoxos e até uma CPI da previdência, argumentam que o principal problema da previdência está na sua condução financeira e que a crise econômica dificulta e agrava a situação para se obter receita. Como exemplo, os postos de trabalho formal e a produtividade diminuíram fortemente o que, como consequência, achata a receita previdenciária.

Para tal reforma ser aprovada são necessários três quintos das casas legislativas para ser lei. Porém, duas denúncias feitas pelo Ministério Público Federal envolvendo diretamente o presidente Michel Temer, aliados e ministros, desgastou ainda mais o seu governo, o mais impopular da história do Brasil. Para ser acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, a denúncia passou pela câmara dos deputados; após a votação das mesmas, ambas foram barradas e Temer se salvou. Todavia, o presidente perdeu muitos aliados congressistas por seu desgaste com a população; deputados e senadores “se viraram” contra Temer com receio de não se reelegerem em 2018, por livrá-lo das denúncias e aprovarem medidas impopulares.

A votação da previdência, que ainda deve ser ocorrer antes das eleições presidenciais, sinaliza que Temer não terá votos suficientes para ser aprovada. *“Se, em um dado momento, a sociedade não quer, a mídia não quer e a combate, e naturalmente o Parlamento, que ecoa as vozes da sociedade, não quiser aprová-la, paciência. Eu continuarei a trabalhar por ela, porque sei da importância da reforma da Previdência. Não é apenas em função de uma coisa de futuro, mas de uma coisa para já”*, afirmou Temer.

Este governo propôs um plano de país que não foi votado nas urnas, além de ser decidido e proposto por congressistas sem legitimidade alguma, pois em grande maioria tomam suas decisões por objetivos individuais, para enriquecimento ilícito e com o claro propósito de perpetuar no poder e continuar favorecendo os grupos de interesse que os elegendem. Esperemos, pois, para o bem da população que a reforma da previdência, da forma que está proposta, realmente não seja aprovada.

GOVERNO DEVE ANUNCIAR LIBERAÇÃO DE MAIS DE R\$ 7 BILHÕES EM GASTOS¹¹⁷

Victor Andrade Medeiros¹¹⁸

O calendário do Ministério do Planejamento divulga valores de liberação ou bloqueio nas verbas públicas, com gastos no orçamento dos ministérios e órgãos públicos. Ao que tudo indica, o governo Temer não irá seguir o cronograma e, possivelmente, libere recursos para ministérios e órgãos públicos, sexta-feira, 17 de novembro cerca de R\$ 7 bilhões. Pelo planejado, tal recurso deveria ser liberado apenas dia 22 de novembro.

Depois da PEC do teto de gastos, o governo tem encontrado dificuldade para seguir o orçamento planejado e, mesmo com essa liberação, as despesas do governo vão ficar abaixo do que foi votado pelo congresso nacional, referente ao ano de 2017. O bloqueio das verbas públicas é equivalente a R\$ 32 bilhões; com essa liberação, esse valor ficará em torno de R\$ 25 bilhões. Essas manobras fiscais só estão sendo executadas, pois as metas fiscais para o ano de 2017 foram alteradas e autorizadas pelo legislativo. A mudança elevou o endividamento público de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões, o que corresponde a um acréscimo no teto de 20 bilhões. O governo afirma estar otimista com reaquecimento da economia e tem liberado novas despesas.

Porém, o cenário econômico ainda é visto por muitos com certo pessimismo. Os investimentos ainda estão em baixa, a produtividade industrial vem apresentando uma série de quedas, há diminuição de empregos formais; todas essas variáveis negativas comprimem as receitas públicas. Enquanto as variáveis macroeconômicas estiverem comprimidas e o Estado impossibilitado de tentar reverter, de forma expansionista, o atual cenário, a economia navegara em uma incerteza.

O governo Temer parece não ter qualquer noção de como conduzir as contas do executivo. Como se isso não bastasse, não há plano de governo, apenas propostas de reformas sem diálogo com a sociedade e retirada recursos de setores essenciais para o desenvolvimento de um país, como da educação. As universidades públicas, por

¹¹⁷ Artigo escrito em novembro de 2017.

¹¹⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: victor.vam1996@gmail.com.

exemplo, têm demitido terceirizados, reduzido consumo, cortando bolsas e paralisado obras. O PAC (Programa de Aceleração do crescimento), foi um dos mais afetados pelo governo Temer.

O atual governo alega que a maior dificuldade para cumprir as metas fiscais estipuladas para o corrente ano é que 90% das despesas vinculadas ao Estado são obrigatórias, ou seja, não é passível de corte, pois são garantidas por lei. O governo tem tentado aumentar os tributos como, por exemplo, na gasolina, na tentativa de cumprir a meta fiscal, mas tudo sinaliza que até o final do governo Temer as metas serão afrouxadas ou revistas pelo congresso. O Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, em tom de claro alarmismo, já afirmou que a dívida bruta do governo geral pode chegar a 100% do PIB até 2020, caso as reformas não sejam aprovadas e as metas cumpridas.

O governo faz um certo terror do cenário fiscal brasileiro e as eleições presidenciais se aproximam. É extremamente necessário e urgente que se tenha um projeto de país que contemple a retomada do crescimento em bases sustentáveis e que promova o desenvolvimento econômico. O modo operante do Estado tem apresentado diversas falhas e está fadado ao fracasso, necessitando, urgentemente, de reformas inteligentes e que sejam votadas nas urnas. A gestão dos recursos públicos precisa de transparência e responsabilidade. Assim sendo, o maior desafio é pôr no executivo alguém comprometido com a eficiência e um legislativo preparado e engajado com os interesses nacionais.

OS IMPACTOS CAUSADOS NAS LEIS TRABALHISTAS APÓS TERCEIRIZAÇÃO¹¹⁹

*William Bezerra dos Santos*¹²⁰

Segundo fontes de jornais de circulação nacional, como Valor Econômico e Folha de São Paulo, por exemplo, após a aprovação da lei da terceirização e da atual crise que o país se encontra, cada vez mais empresas contratam trabalhadores temporários, sem, necessariamente, carteira assinada e com direitos trabalhistas cada vez mais reduzidos. Multinacionais¹²¹ instalam-se no país em busca de lucros à custa do “baixo custo” do trabalhador brasileiro.

Cerca de 13 milhões de brasileiros encontram-se desempregados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Um quarto destes milhares de desempregados serão utilizados por empresas que terceirizam serviços, visto que cada vez mais os direitos trabalhistas ficam à mercê dos empresários. Tal situação verifica-se, entre outras razões, pois muitas das pessoas que são contratadas aceitam o emprego apenas para conseguir coexistir em sociedade e ter o direito às compras de sobrevivências básicas sociais que estão cada vez mais reduzidas com os salários indeterminados, ou seja, estabelecidos pela empresa terceirizada que contrata quem aceitar o trabalho sem nenhum tipo de benefício.

Os direitos trabalhistas como, por exemplo, pisos salariais, planos de saúde, vale-alimentação, vale-transporte e poder de barganha são cada vez mais dominados pelos gigantes do capital que determinam seu tempo de prestação de serviço que, após a lei da terceirização, é de 180 dias e pode prolongar por mais 90 dias para que cada vez mais o trabalhador esteja *nas mãos* do empresário.

As atividades do setor de serviço, que mais estão sendo terceirizadas são as de educação, automobilística e segurança. Os empregados nos cargos ficam alocados e determinados pelos contratantes onde irá trabalhar como em um sistema de escravidão moderno onde trabalham por horas com salários mínimos, determinados por empresas e sem nenhum benefício.

¹¹⁹ Artigo escrito em agosto de 2017.

¹²⁰ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: william-98-2011@hotmail.com.

¹²¹ <http://www.valor.com.br/carreira/5083324/aumenta-demanda-por-profissionais-temporarios>.

Cada vez mais empresas estrangeiras vêm ao Brasil em busca de crescimento e enriquecimento das empresas multinacionais, como no exemplo da empresa italiana GI Group, que cresceu 41% neste semestre, após a nova lei. Negócios que em outros países da Europa e nos Estados Unidos já estão aperfeiçoados e avançados, o que não é o caso do Brasil que se encontra com uma economia totalmente diferente dos países da Europa e EUA.

Como decorrência das transformações que o mundo do trabalho vem experimentando, os direitos trabalhistas estão sofrendo sérias ameaças. Uma parte considerável dos trabalhadores sob o regime da CLT está sendo *trocada*, recorrentemente, pelos terceirizados. Além disso, vislumbra-se o fim dos concursos públicos, já que a terceirização irrestrita das atividades se apresenta como uma alternativa mais *barata* para as empresas do setor público, em alguma medida, e privado. Também se encontram em risco garantias como o FGTS (Fundo de Garantia do Trabalhador Social) e o 13º salário.

Márcio Pochmann, discutindo sobre a ampliação da terceirização no senado¹²², antes da lei ser aprovada, fala sobre a questão da rotatividade¹²³. *“O trabalhador que sofre muita rotatividade não consegue contribuir para a previdência 12 meses a cada ano, uma vez que ele perde emprego até encontrar um novo ele fica sem contribuir para a previdência de tal forma que é exigido na legislação para o trabalhador do sexo masculino contribuir por trinta e cinco anos, mesmo trabalhando trinta e cinco ele não terá possibilidade de contribuir por trinta e cinco. A universalização da terceirização para atividade mail impulsionará ainda mais o deslocamento do emprego do segmento interno para o geral, rebaixando condições de trabalho e contribuindo para o esvaziamento dos fundos públicos. Em função desta substituição do trabalhador empregado assalariado, empregado cooperativado por um trabalhador por conta própria, um trabalhador de consultoria autônomo e assim por diante”*.

“A aprovação de um projeto de lei dessa natureza poderá jogar o Brasil numa situação paradoxal de situar-se entre as economias mais avançadas do planeta e ter seu mercado de trabalho retrocedendo ao período inicial da abolição da escravatura quando quase nove a cada dez recebiam ao redor do piso salarial e viviam sem horizonte de direção do padrão de vida. A desigualdade tende a seguir mais expressiva

¹²² Ampliação da terceirização: esta discussão encontra-se na pagina do senado no *youtube* sobre o endereço de link: <https://www.youtube.com/watch?v=SPDowCACbTA>.

¹²³ Rotatividade: encontra-se a partir do minuto 10:37 do vídeo.

por esse caminho”. Só o tempo mostrará qual será a nova e precária realidade na qual o trabalhador brasileiro estará inserido. Os desafios e perspectivas para o mundo do trabalho, no século XXI, não parecem ser nada animadores.

Desde o final do ano de 2016, muito se discute sobre o déficit da previdência social. Muitos brasileiros não sabem, porém, que este rombo é apenas fachada. Através de fontes de jornais conhecidos a nível nacional como o Valor Econômico, folha de São Paulo e a BBC Brasil¹²⁶, podemos absorver algumas notícias relacionadas às reformas no país do atual presidente interino do Brasil, Michel Temer.

A reforma da previdência, um Projeto de Ementa Constitucional que tem como objetivo definir que para se aposentar o funcionário público terá que trabalhar no mínimo 20 anos e ter a idade mínima de 55 anos (mulher) e 60 anos (homem), está em tramitação no congresso, porém muitos acontecimentos estão o *deixando para trás*, como as denúncias de obstrução de justiça e formação criminosa contra o presidente Temer.

Segundo dados da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal), que foram citados pela Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) da Previdência, o seguro social apresentou de 2005 a 2016 uma média de anual positiva de R\$ 50 bilhões e, somente uma única vez, houve um saldo negativo, no ano de 2016, que foi de R\$ 57 bilhões. Isso decorre da crise econômica conjuntural que reduziu os tributos, mas que será revertida quando a economia retomar seu crescimento.

Os cálculos da Anfip não incluem a aplicação do DRU (Desvinculação de Receitas da União). Através destes dados, o Ministério da Fazenda estimou que haviam déficits, há muitos anos, e que o resultado do ano passado teria sido negativo em R\$ 243 bilhões no ano passado. Os críticos que compõem a CPI dizem que o governo está escondendo os verdadeiros dados. Eles dizem que as aposentadorias dos servidores são bem mais altas que os da iniciativa privada e que, dessa forma, o déficit coberto pelos impostos transfere-se da renda da sociedade para os que ganham mais. Em seu relatório, argumentam também que há um problema de má gestão nas contas da previdência e que há um enorme volume nos descontos nas contribuições da previdência como

¹²⁴ Artigo escrito em novembro de 2017.

¹²⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: william-98-2011@hotmail.com.

¹²⁶ <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41811535>

desonerações de folhas, isenções para empresas em alguns setores como, por exemplo, a JBS.

A receita federal estimou um saldo de arrecadação deficitária de R\$ 65 bilhões deste ano. No relatório da CPI, há um destaque de um grande volume de dívida da previdência com cerca de R\$ 450 bilhões de contribuições que não foram pagas por empresas. Segundo a Procuradoria da Fazenda Nacional, somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis, já que muitas das empresas com dívidas são falidas.

Para a economista Denise Gentil¹²⁷, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, esta reforma não vai dar estímulo aos investimentos privados, pelo contrário, as famílias irão consumir menos, porque com a reforma terão menos capital para gastar, então os investimentos do setor privado irão cair também juntamente com a queda do consumo. O senador Hélio José afirma que esta reforma irá cair por conta própria. Possivelmente, a reforma não será aprovada esse ano, tendo em vista todas as dúvidas e conflitos que a cercam.

¹²⁷ <http://www.valor.com.br/brasil/4941958/economistas-divergem-sobre-tema>

UM BREVE DESABAFO A RESPEITO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO?¹²⁸

Matheus Rodrigues da Silva¹²⁹

O sistema político brasileiro se divide basicamente em três poderes: i) o poder Executivo formado pelo presidente da república, eleito democraticamente, que, em suma, tem o dever de governar o povo e gerir os recursos públicos com base na constituição federal; ii) o poder Legislativo formado pelo congresso nacional, ou seja, Deputados (Que representam o povo) e Senadores (Que representam o Estado) eleitos democraticamente e que tem a responsabilidade de criar as leis e iii) o poder Judiciário representado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a quem cabe a responsabilidade de zelar pela justiça do país e fiscalizar o cumprimento das leis e normas presentes na constituição, além das novas leis aprovadas pelo legislativo.

Ler esta descrição do sistema político brasileiro pode ser algo repetitivo, já visto em comerciais de televisão ou durante as aulas no ensino fundamental e médio. Todavia, nessa leitura também cabe um desafio: ler novamente o parágrafo anterior e se perguntar, se ao olhar para os últimos acontecimentos e para a conjuntura atual, o que está escrito está sendo executado, na prática?

Hoje, quando olhamos para o representante do poder executivo, podemos dizer que ele possui alguma legitimidade para governar o povo e representar os seus interesses lá no cargo mais alto do poder? Será que as últimas medidas tomadas pelo mesmo estão de acordo com o compromisso firmado no juramento que o mesmo fez no congresso, poucas horas depois do afastamento da até então presidente eleita Dilma Rousseff? *“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição. Observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”*.

Na minha opinião, esse juramento não deve ter passado de uma mera formalidade para um homem que, no auge dos seus 75, optou por conspirar contra a democracia, pisando na constituição a qual jurou defender e optou por ignorar o povo

¹²⁸ Artigo escrito em agosto de 2017.

¹²⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: matheusr36@gmail.com.

que não o escolheu diretamente como seu representante, mas que tem é obrigado a tê-lo como presidente. Quanto a parte de sustentar a integridade do país, delações, acusação de corrupção, pagamento de propina falam por si só.

Quando olhamos para o legislativo eu só tenho uma pergunta a fazer, quem é mesmo que representa os interesses do povo? Os deputados? Ficou bem explícito, no dia 12 de maio de 2016, a quem os nossos “representantes” representam de verdade. Às próprias famílias, aos seus partidos políticos, contra os comunistas e até mesmos por torturadores, exceto pelo povo que já havia expresso seu desejo de forma democrática ao fim do processo eleitoral de 2014. E quando se fala das leis e reformas que passaram e que estão para passar ainda esse ano: para quem foi feita a reforma da previdência, quem realmente vai se beneficiar com a reforma trabalhista, quem merece ser ter recursos cortados com a PEC do teto dos gastos? E quanto aos senadores, a qual estado eles representam?

Quanto ao judiciário, quem hoje confia no STF? Aquele STF que se escondeu enquanto o circo pegava fogo, que é incapaz de prender um senador recordista em delações, acusado de corrupção e obstrução de justiça, além de ser pego em uma gravação cobrando propina e falando até em “matar antes de fazer delação”. STF que não se posicionou em um processo de impeachment estritamente político.

É lamentável, no mínimo, constatar que estamos sem representatividade, sem apoio, perdendo direitos, mas não estamos sozinhos. Cabe ao povo abrir os olhos e lembrar quem deve satisfações a quem, quem elege, quem sustenta, são os que podem fazer algo para essa situação mudar.

A DERROCADA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA: DEVEMOS CELEBRAR?¹³⁰

Viviane Juliana Oliveira Silva¹³¹

A inflação, que consiste na contínua e generalizada elevação dos preços dos bens e serviços, é recorrentemente discutida e temida. No Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, a inflação chegou a patamares superiores a 80% ao mês provocando um cenário de hiperinflação, onde o poder de compra do consumidor foi corroído e a moeda nacional foi fortemente desvalorizada, a despeito do contexto recessivo. Esse período sombrio da economia nacional resultou em um *trauma*, totalmente compreensivo, para a população brasileira que, até os dias atuais, fica temerosa quando esse índice não se encontra dentro da meta ou pelo menos do teto determinado.

Após uma série de medidas adotadas, dentre as quais a principal é o uso da taxa básica de juros, para manter o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação, dentro da meta ou das bandas estipuladas, foi só a partir do ano de 2005 que o compromisso do Banco Central com relação às metas de estabelecidas passou a ser observado com maior frequência. Ainda que não atingisse o centro da meta, a inflação permanecia abaixo do teto determinado.

Nesse período, o cenário positivo nacional de crescimento do mercado de trabalho e de aumento da renda dos trabalhadores foram alguns fatores que contribuíram para uma significativa ampliação na demanda. Por essa via, abriu-se um espaço maior para aumentar os preços, principalmente pelo setor de serviços, causando uma certa pressão inflacionária.

Em 2015 o “fantasma da inflação” veio novamente assombrar a população brasileira. Embora não se encontrando em patamares exorbitantes, como os observados anteriormente, foi o suficiente para recordar e temer o velho trauma, o que causou um alarmismo inflacionário, ainda que as causas da elevação do nível de preços tenham sido distintas das verificadas nas décadas de 1980 e 1990. A inflação, no ano, foi de

¹³⁰ Artigo escrito em julho de 2017.

¹³¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: vivianejuliana5@gmail.com.

10,67%, a maior desde 2002, em decorrência da pressão dos preços monitorados¹³² no comportamento do IPCA. O represamento artificial de uma série de tarifas públicas durante 2013 e parte de 2014 e a crise hídrica no período, gerou reajustes significativos ao longo de 2015, repercutindo expressivamente no nível de preços de setores importantes como o da energia elétrica, da gasolina e nas tarifas de transporte público.

Em 2016, a redução do IPCA foi significativa, fechando o ano em 6,28%. Esse comportamento foi justificado principalmente pela conturbada conjuntura nacional vivenciada. O processo de *impeachment* da presidente Dilma, graves escândalos de corrupção, crise política e econômica, a elevação da taxa de desemprego para 11,5% significando 12,3 milhões de pessoas desempregadas, foram alguns dos fatores que contribuíram para este impacto nos preços. Ademais, como já era esperado, verificou-se o arrefecimento do choque de preços administrados do ano anterior. Atualmente, IPCA continua a apresentar uma trajetória descendente. Até o presente momento, no acumulado de 12 meses, o índice encontra-se em 3%, resultado abaixo da meta de 4,5% estabelecida para 2017.

Segundo dados do IBGE, em junho deste ano, o IPCA mensal foi de -0,23%, o menor desde agosto de 1998. O grupo de alimentos e bebidas do IPCA de junho recuou 0,50%, pressionado principalmente por alimentos de consumo doméstico; já o grupo de habitação foi influenciado pela energia elétrica, apresentando recuo de 0,77%. Esse comportamento vem sendo comemorado por muitos, inclusive pela equipe econômica. Alega-se que a queda da inflação é resultado de políticas bem-sucedidas da equipe econômica do atual governo. No entanto, temos realmente algum motivo para comemorar?

Obviamente, entende-se que a redução da inflação significa o aumento do poder de compra do consumidor, mas isso ocorre em uma conjuntura estável e não recessiva como a nossa. O número de desempregados no país passa dos 14 milhões, a indústria e o comércio estão estagnados, as famílias estão endividadas e consumindo menos, a crise econômica vivenciada tem desestimulado o consumo, levando o comércio a fazer ofertas e promoções.

Recentemente, foi aprovada a reforma trabalhista onde uma das mudanças está na não obrigatoriedade do pagamento do piso ou salário mínimo, minando ainda mais o

¹³² Os chamados bens monitorados ou administrados por contrato são as tarifas públicas e outros preços que sofrem interferência governamental direta e, de modo geral, são menos sensíveis às condições de mercado (MARTINEZ e CERQUEIRA, 2013).

poder de compra do trabalhador. Como o consumidor pode aproveitar os benefícios da redução da inflação em um contexto como esse?

As perspectivas de desenvolvimento, infelizmente, ficam cada dia mais distantes e, em um cenário recessivo, os efeitos da deflação podem ser tão ou mais perigosos quanto os efeitos de um aumento da inflação. Isso ocorre, pois, diante da diminuição das vendas das empresas, mesmo a preços menores, o faturamento e os lucros também seguem o mesmo trajeto decrescente. Com a queda nos lucros, os empresários sejam diminuam o ritmo da produção e, conseqüentemente, demitem funcionários. Com a diminuição da renda, a demanda se retrai, gerando um ciclo vicioso de baixos estímulos para a recuperação econômica.

A inflação, embora não seja algo positivo, é um mal necessário, que deve ser administrada com responsabilidade e mantida em patamares que possibilitem crescimento e bem-estar social. Ao assistir a equipe econômica comemorando os caminhos que estão sendo trilhados, torna-se ainda mais clara a necessidade que os mesmos possuem de ter uma percepção sistemática sobre a economia. Se é em decorrência desses amargos remédios que a inflação brasileira vem diminuindo, certamente não temos motivos para comemorar.

REFORMA TRABALHISTA: BOA PARA QUEM?¹³³

Andressa Medeiros dos Santos¹³⁴

Mudanças na jornada diária, trabalho intermitente, flexibilidade na contribuição sindical, trabalho remoto. Essas são algumas modificações que ocorrerão com a Reforma Trabalhista, recentemente aprovada pelo senado brasileiro. A lei 13.467 que entrou em vigor, no dia 11 de novembro de 2017, desperta a curiosidade de todos a respeito do que muda na relação entre empregados e empregadores. A efetivação da nova lei garante que patrões e empregados possam chegar a acordos coletivos na empresa independentemente do que prevê a lei trabalhista. Assim, a reforma surge com destaque de pontos ‘positivos’ e negativos para a sociedade.

De um lado, há os que enxergam a reforma trabalhista como um meio de permitir avanços no país e talvez amenizar os impactos que a crise vem deixando com a suposta ideia de que novos empregos poderiam ser criados diminuindo, então, o desemprego. O que se espera para essa parte da sociedade é que a nova lei traga mais pontos positivos para eles de modo a manter ou melhorar as conquistas do passado.

Do outro lado, há os que enxergam com desconfiança a nova lei e supõem ser uma afronta aos direitos trabalhistas, já que tem como parâmetro a conquista difícil que foi a aprovação da CLT no Governo Vargas. Argumenta-se que a nova lei dará um foco maior na terceirização, o que pode vir a causar também exploração por parte do patrão. O país tem vivido uma crise política que, somada à grave crise econômica, tem contribuído para gerar taxas de desemprego elevadas. Diante desse cenário, os empresários tendem a resistir ao investimento e tal retração não tem a ver com mudanças na legislação trabalhista, mas sim com as fracas perspectivas de lucro, diante de uma forte redução na demanda. Logo, a reforma não seria a chave para a solução de empregabilidade do país.

O que a sociedade espera é que os direitos sejam mantidos para o empregado e que não sejam cometidas injustiças nas diversas áreas de trabalho. Em um país como o nosso, onde a maior parte da aprovação das leis é de domínio da parcela mais rica da

¹³³ Artigo escrito em novembro de 2017.

¹³⁴ Graduada em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: andressamedeiros@globo.com.

sociedade, a “corda sempre acaba arrebentando do lado mais fraco”. Então, a atenção deve ser redobrada.

Por fim, a reforma trabalhista ao contrário do que muitos pensam, não criará mais empregos. Ela provocará uma flexibilidade nas relações trabalhistas entre patrões e empregados podendo ter pontos positivos e negativos para ambos, com maior ênfase negativa para os últimos. Para a recuperação nos empregos, não seria necessária uma mudança tão danosa para os trabalhadores como a que foi proposta e aprovada. Caberia ao Estado, num momento de crise, promover investimentos públicos a fim de estimular os empresários a retomar seus investimentos o que criaria demanda para os produtores das mais variadas atividades. Assim, ao promover gasto público, o Estado estaria amenizando o desemprego e promovendo o aumento das rendas das famílias que irão consumir os produtos dos empresários privados.

GAAACE